

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA
E A CULTURA

Convenção referente à proteção
do patrimônio mundial, cultural e natural

LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Formulário de proposta de inscrição

Nos termos da Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1972, o Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, a seguir denominado “Comitê do Patrimônio Mundial”, mantém com o nome de “Lista do Patrimônio Mundial”, uma lista de bens do patrimônio cultural e natural que considera como detentores de excepcional valor universal, em aplicação dos critérios por ele estabelecidos.

O presente formulário tem por objetivo permitir aos Estados-partes submeter ao Comitê do Patrimônio Mundial propostas referentes aos bens situados nos seus territórios e suscetíveis de serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

Ao lado de cada página do formulário encontram-se orientações que ajudarão no seu preenchimento. As informações solicitadas devem ser datilografadas nos espaços reservados para esta finalidade. Informações complementares poderão ser fornecidas em folhas anexas ao formulário.

É importante ressaltar que o Comitê do Patrimônio Mundial conservará em seus arquivos toda a documentação (mapas, plantas, fotografias etc.) apresentada em apoio às propostas de inscrição na Lista do Patrimônio.

O formulário, preenchido em inglês ou em francês, deverá ser encaminhado em três exemplares ao:

Secrétariat du Comité du patrimoine mondial

Division du patrimoine culturel

UNESCO

7, place de Fontenoy

75700 Paris- França

FORMULÁRIO

1. Localização exata	
a) País	Brasil
b) Estado, município ou região	Distrito Federal
c) Denominação do bem	Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília
d) Localização exata nos mapas com indicação das coordenadas geográficas	15° 30' 16" 03' Latitude Sul 47° 25' / 48° 12' Longitude Oeste de Greenwich Coordenadas geográficas do Distrito Federal Brasília está localizada no centro do quadrilátero formado pelas coordenadas definidas acima.
2. Dados jurídicos	
a) Proprietário	Estado (Governo Federal e Governo do Distrito Federal) e setor privado
b) Status jurídico	A propriedade do conjunto dos bens situados nos limites do Distrito Federal se distribui entre o Estado e o setor privado. Os bens imóveis, já efetivamente protegidos (cf. inventário em anexo) pertencem todos ao Estado e são ocupados por organismos públicos.
c) Administração responsável	1 - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Palácio do Buriti Brasília, DF Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Secretaria da Cultura do Governo do Distrito Federal Anexo do Palácio do Buriti - 3º andar Brasília 2 - MINISTÉRIO DA CULTURA Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) Setor Bancário Norte, Edifício Central Brasília Brasília, DF 8ª Diretoria Regional do SPHAN

	<p>Grupo de Trabalho para a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília reúne três instituições: MinC - Ministério da Cultura GDF - Governo do Distrito Federal UnB - Universidade de Brasília</p>
<p>3. Identificação a) Descrição e inventário</p>	<p>O conjunto do Patrimônio Histórico, Natural, Cultural e Urbano de Brasília compreende o espaço projetado para se tornar a nova capital do Brasil, assim como os elementos testemunhos de cada uma das etapas da história do processo de ocupação do território do Distrito Federal e da construção da cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o vernacular, representado pelos antigos povoados e fazendas, que se encontravam no interior do quadrilátero do atual Distrito Federal; - os acampamentos, as vilas operárias edificadas nas proximidades dos canteiros de obras da construção de Brasília; - os elementos-testemunhos da paisagem. <p>Os elementos que compõem esse conjunto são de modo sumário os seguintes:</p> <p>BRASÍLIA É a parte mais importante desta proposta; compreende o espaço no qual foi edificada a nova capital. Visando sua proteção jurídica, esse espaço foi dividido em três zonas de proteção que correspondem aos diferentes níveis de controle.</p> <p><u>Área de Interesse Especial de Preservação (AIEsp)</u> Trata-se do Plano Piloto, nome dado à zona projetada por Lucio Costa para ser a sede da nova capital do Brasil. É o principal objeto de proteção no conjunto urbano.</p> <p><u>Área de Amortecimento (AAm)</u> São as quatro áreas adjacentes à AIEsp, cuja função é preservar o Plano Piloto, de modo a conservar as características fundamentais do desenho original. Nesse caso, as quatro guardarão os temas de contraste em relação ao Plano Piloto, realizando ao mesmo tempo a transição em direção à área de proteção periférica.</p> <p><u>Área de Interesse de Preservação (AIP)</u> É a área de preservação periférica desse conjunto, as medidas de proteção são mais flexíveis. Incluídas nessas três áreas, encontram-se ainda elementos testemunhos das representações da etapa inicial de Brasília</p>

- primeira metade dos anos 60 - os quais serão objeto de proteção legal rigorosa (versão brasileira do tombamento francês). São as obras-primas da arquitetura e da arte moderna: Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Catedral, centro histórico da Universidade de Brasília, determinado número de superquadras do primeiro período e, no Setor de Embaixadas, vários exemplos de arquitetura internacional. Entre essas obras, incluem-se também as projeções de Niemeyer, de Lucio Costa, os jardins de Burle Marx, assim como obras de arte de qualidade internacional.

O VERNACULAR

No território do Distrito Federal, as manifestações representativas da arquitetura vernacular da região são imóveis urbanos ou rurais datados de uma época anterior à construção de Brasília:

Centro Histórico de Planaltina (1859)- É no centro de Planaltina, hoje uma das cidades-satélites de Brasília, que se encontra relativamente bem conservado o maior e mais antigo conjunto de edificações vernaculares do Distrito Federal.

Centro Histórico de Brazlândia (1933)- Ainda que relativamente novo e de proporções bem reduzidas, esse centro é também importante como representativo da arquitetura vernacular do Centro-Oeste. Já que essa região do Brasil conheceu uma evolução lenta e tardia, as técnicas construtivas e a linguagem formal do desenho arquitetônico são as mesmas que as de Planaltina, uma das mais antigas cidades do Brasil.

Antigas fazendas existentes no território do DF, antes da construção de Brasília, são nove; a mais antiga encontra-se em Sobradinho e data de 1832. Todas repetem as mesmas tendências arquitetônicas que os centros históricos de Planaltina e de Brazlândia, exceto no que se refere às edificações rurais. As fazendas selecionadas são: Sobradinho, Monjolo, Jardim, Capão dos Porcos, Bela-Vista, Gama, Curralinho e Ponte Alta.

ACAMPAMENTOS OPERÁRIOS

Construídos para serem provisórios à época da construção de Brasília, alguns desses acampamentos foram preservados até hoje e, para a história da cidade, são exemplos de grande valor de uma arquitetura moderna aplicada a outro material, a madeira. As edificações retomam as linhas arquitetônicas das construções permanentes de Brasília.

No que se refere ao ordenamento urbano, alguns desses acampamentos seguiram as recomendações da arquitetura moderna, enquanto outros conservaram as formas tradicionais. São as seguintes vilas operárias: Vila Planalto,

	<p>Vila Metropolitana com sua Igreja de Nossa Senhora de Fátima, o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, Candangolândia com sua Igreja de São José Operário (a primeira igreja edificada em Brasília) e a Escola Julia Kubitschek (a primeira escola edificada em Brasília), Saturnino de Brito, Torto e DVO.</p> <p>SÍTIOS NATURAIS</p> <p>São parte integrante do patrimônio histórico, natural, cultural e urbano de Brasília como sítios integrados ou suplementares às três zonas de proteção. Os sítios mais notáveis são: o Parque Nacional de Brasília, a Reserva Biológica de Águas Emendadas, a Reserva Biológica do IBGE, a Reserva Biológica Cabeça de Veado (Jardim Botânico), a Área de Proteção Ambiental do São Bartolomeu e a Área de Proteção Ambiental do Descoberto. Propõe-se acrescentar a esse conjunto uma série de outras áreas, com a finalidade de criar um sistema de áreas naturais preservadas: Área da Bacia dos córregos Gama e Cabeça de Veado; Áreas ligadas ao Lago Paranoá; Área da Bacia do rio Maranhão e outras áreas de reserva para completar as que já existem, compreendendo dessa forma todos os tipos de paisagem: áreas de amortecimento para as reservas que já existem; Plano de Parques de Brasília (Plano Piloto e Cidades-Satélites).</p>
b) Mapas e/ou plantas	<p>Favor ver anexo 1, o inventário dos mapas oficiais e dos planos descritivos do objeto de estudo.</p> <p>Observação: Considerando as dimensões dos mapas oficiais, estes serão encaminhados em tempo hábil.</p>
c) Documentação fotográfica e/ou cinematográfica	<p>Cf. anexo 2: fotografias e diapositivos e respectivos inventários.</p> <p>Observação: Posteriormente serão encaminhados VTs sobre Brasília.</p>
d) Histórico	<p>A história de Brasília divide-se em:</p> <p>- <u>Período com início na sua concepção até a transferência da capital do Brasil</u> da costa para o interior tanto por motivos políticos de ocupação do território quanto para fugir da dominação portuguesa e como estratégia visando à independência. Esse período é compreendido pelos anos que vão da Independência, em 1822, até a Proclamação da República, em 1889, e a adoção da primeira Constituição, em 1891, quando foi definida legal e geograficamente</p>

	<p>a "Futura Capital do Brasil", que se situaria na região Centro-Oeste; porém o ponto exato não havia sido determinado.</p> <p>- <u>Período compreendido entre a decisão da transferência e das definições preliminares até a construção da nova capital</u> (período de 1891 a 1956), quando foram feitos estudos e pesquisas visando escolher o local definitivo, examinar as expropriações e a demarcação das terras entre outras medidas necessárias.</p> <p>- <u>Período da construção/inauguração de Brasília</u> (período de 1956 a 1960), em que se procurou cumprir as medidas definidas na etapa precedente.</p>
e) Bibliografia	Cf. Anexo II; referências bibliográficas dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho e "Bibliografia sobre Brasília e a Arquitetura Moderna Brasileira" (nacional e internacional) anexa aos demais textos.
<p>4. Estado de preservação ou de conservação</p> <p>a) Diagnóstico</p>	<p>Cada um dos elementos que compõe o conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano de Brasília apresenta diferentes estados de preservação e de conservação, pois pertencem a diferentes períodos históricos - se bem que em um mesmo período é possível encontrar diferentes estados de preservação e de conservação.</p> <p>Para os elementos da arquitetura vernacular e para os das vilas operárias é possível identificar situações semelhantes: edificações desaparecidas, outras deterioradas ou descaracterizadas; embora persistam alguns elementos isolados ou conjuntos em bom estado de conservação e autenticidade arquitetônica. Ainda que sua idade não ultrapasse uns trinta anos, de um ponto de vista absoluto, as vilas operárias poderiam estar mais bem conservadas. Contudo, devido ao material perecível utilizado para a sua construção (madeira) bem como ao desinteresse dos governos anteriores por essas vilas, poucos exemplares restaram como testemunho do período inicial da construção da nova capital.</p> <p>O estado de conservação dos bens do patrimônio contemporâneo em geral é bom, pois estes compõem a parte mais privilegiada do patrimônio construído onde reside a população de alta renda e que abriga os serviços mais sofisticados da capital. Todavia, monumentos e edificações podem sofrer alterações de grande importância, de caráter irreversível que lhes retira sua originalidade. Isso é, sem dúvida, uma das mais sérias justificativas da necessidade de medidas urgentes e eficazes para a proteção de Brasília.</p> <p>Nesse sentido, o Grupo de Trabalho para a Preservação do</p>

	<p>Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília, há cinco anos estuda a questão e propõem diretrizes para a preservação das diversas categorias de bens, assim como uma legislação referente ao patrimônio de Brasília de modo a dotar a Administração de instrumentos legais adequados para o exercício da preservação (cf. anexo: A preservação da Área de Brasília, Diretrizes para a Preservação de sua Área de Interesse Especial).</p> <p>O estado de conservação dos bens do patrimônio natural varia segundo o grau de proteção já em vigor. Alguns, tal como o Parque Nacional de Brasília, criado em 1960, goza de efetiva proteção e conservação; outros, como a foz do Lago Paranoá, está ameaçada pela utilização predatória. Infelizmente, boa parte do fundo constituído pela paisagem do Distrito Federal já sofreu alguma degradação irreversível, como é o caso das matas ciliares e algumas nascentes.</p>
<p>b) Agente responsável pela preservação ou pela conservação</p>	<p>DePHA - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (GDF) (endereço) Anexo do Palácio do Buriti - 8º andar</p> <p>8ª Diretoria Regional (SPHAN/MinC) (endereço) Ed. Central Brasília - 3º andar</p> <p>Fundação Nacional Pró-Memória/Brasília (endereço) E. Paulo Mauricio - 2º andar</p> <p>Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (MinC - GDF - UnB) (endereço) SBN - Ed. Central Brasília - 3º andar Anexo do Palácio do Buriti - 8º andar Campus da UnB, Instituto de Arquitetura e Urbanismo</p> <p>Administrações regionais Brazlândia Planaltina Núcleo Bandeirante</p> <p>Secretaria de Viação e Obras (DA/DeU)</p>
<p>c) Histórico da preservação ou da conservação</p>	<p>Considerando que Brasília já nasceu capital com uma concepção monumental do espaço, o papel de testemunho histórico de seu tempo está nele implícito. A preservação desse testemunho funda-se tanto na sua condição de cidade inteiramente nova quanto no fato de traduzir plenamente os princípios do Movimento da Arquitetura Moderna contidos na Carta de Atenas.</p> <p>Contudo, o valor histórico do espaço do Plano Piloto foi e é evidente; não é o mesmo que o de outras manifestações</p>

	<p>culturais que igualmente participaram do processo de criação da cidade; os assentamentos vernaculares, as vilas operárias junto aos canteiros de obras e o próprio meio natural que recebeu a nova capital. Foi ao Grupo de Trabalho de Brasília que coube a tarefa de ampliar sua área de ação no sentido de buscar os meios de proteger o acervo por meio de uma abordagem adequada às características dinâmicas dos assentamentos humanos no Distrito Federal. Paralelamente ao trabalho de pesquisa e de investigação, foram criados meios legais e de gestão para a preservação cultural no âmbito do Governo do Distrito Federal, por intermédio do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico e do Arquivo Histórico, ambos vinculados à Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Além disso, outros organismos oficiais envidam esforços para colocar em seus programas de trabalho a questão da preservação histórica e cultural de Brasília: um exemplo é a Companhia para o Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) que recentemente elaborou um Código de Posturas com capítulos específicos para a preservação urbana e a proteção ambiental. Para a articulação desse trabalho nos seus diferentes níveis (federal e local) foi assinado, em 1985, pelo governo local, pelo Ministério da Cultura e pela Universidade de Brasília um "Termo de Cooperação Mútua para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília", que desde então rege essa questão.</p> <p>Convém assinalar a existência de uma série de associações de iniciativa cidadã interessadas na preservação cultural, que se manifestam sistematicamente sobre esta questão.</p> <p>Atualmente uma série de bens já foi inscrito na Lista do Patrimônio Histórico, alguns já recuperados, outros ainda exigindo certa atenção, estudos foram feitos para embasar as medidas de preservação e outros, como é o caso de conjuntos urbanos, estão em andamento (cf. anexo).</p>
<p>d) Meios de preservação e de conservação</p>	<p>Os meios legais de preservação e de conservação do acervo histórico, cultural, natural e urbano de Brasília dependerão de diversas instituições descritas na rubrica 4.b. nos termos de uma legislação específica de proteção suficientemente ampla e diversa para cobrir toda a variedade de bens (meio natural, espaços urbanos, monumentos isolados).</p> <p>A conclusão da legislação referente ao Plano Piloto está prevista para março de 1987; as leis serão encaminhadas para exame e aprovação pelas instâncias competentes, Governo do Distrito Federal e Congresso Nacional.</p> <p>No caso dos assentamentos vernaculares, estão sendo elaboradas leis regulamentando o uso e a ocupação do solo, visando à proteção de Planaltina, que servirão de exemplo</p>

	<p>para Brazlândia.</p> <p>Os estudos, no que se refere à proteção das vilas operárias, estão sendo realizados graças ao trabalho conjunto de sua população constituída pelos operários que construíram Brasília.</p> <p>Os próprios organismos de proteção ambiental se encarregam de estudar e regulamentar o destino das áreas ecológicas representativas do Distrito Federal. Para tanto, contam com a participação ativa das instituições de caráter ecológico e da Universidade de Brasília.</p> <p>Os meios financeiros para a conservação do acervo histórico, natural, cultural e urbano do Distrito Federal foram fornecidos de modo precário, em parte pelo Governo do Distrito Federal e pelo Governo Federal, este último por intermédio do Ministério da Cultura. Dessa forma, foi possível alocar fundos para a restauração de alguns bens testemunhos: Palácio do Catetinho, Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Museu da Cidade, Igreja de São Sebastião e Museu Histórico, estes dois últimos em Planaltina. Atualmente, encontram-se em restauração a Igreja de São José Operário, na Candangolândia, o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Núcleo Bandeirante e a Igreja da Vila Planalto, entre outros.</p>
<p>e) Planos de gestão</p>	<p>Brasília já dispõe, atualmente, de uma série de organismos e instituições em condições de assegurar a preservação dos bens que compõem seu conjunto histórico, natural, cultural e urbano.</p> <p>Contudo, tendo em vista sua especificidade, cidade nova e já referência histórica, faz-se sentir a necessidade de novas formas de proteção legal que venham completar as leis atualmente em vigor, de modo a assegurar melhor adequação das medidas de preservação no contexto em que elas se inserem.</p> <p>A seguir estão resumidas as principais atribuições dos organismos encarregados da gestão da preservação local e federal no que se refere à Brasília e à maneira como os referidos órgãos desenvolveram, nessa área, suas ações tanto técnica como financeira:</p> <p><u>8ª Diretoria Regional da SPHAN/MinC</u></p> <p>Cabem à 8ª Diretoria Regional as atribuições relativas a esse assunto na região Centro-Oeste (estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal). Possui um corpo técnico pluridisciplinar, compreendendo profissionais em arquitetura, museologia, história, arqueologia,</p>

biblioteconomia etc. o que favorece uma ação cobrindo um domínio mais amplo, tanto no que se refere aos bens tombados quanto ao reforço de outras formas de manifestação cultural. Dispõe de orçamento próprio, transferindo às municipalidades os recursos necessários aos trabalhos prioritários.

É responsável pela inscrição da Catedral de Brasília e do Catetinho (primeira residência - em madeira - do presidente Kubitschek) na lista de bens tombados.

Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (SEC/GDF)

Trata-se do organismo local responsável pela preservação dos bens patrimoniais do DF.

Da mesma forma que a 8ª Diretoria Regional, o DEPHA tem um corpo técnico pluridisciplinar e ainda que suas atribuições possam parecer iguais e, em certos pontos, coincidir, este Departamento tem o caráter de órgão de execução.

Este Departamento possui atualmente uma legislação referente ao tombamento local e já realizou o tombamento de monumentos isolados e de conjuntos arquitetônicos, não apenas do Plano Piloto, mas também em algumas cidades-satélites. Na lista de bens tombados do Governo do Distrito Federal encontram-se os seguintes bens: Capela de Nossa Senhora de Fátima, Museu da Cidade, Igreja de São Sebastião e o Museu Histórico de Planaltina e uma parte do conjunto de casas da Praça Coronel Salviano Monteiro Guimarães; Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, para cujos trabalhos de restauração foram alocadas verbas federais e da municipalidade.

A Universidade de Brasília, mesmo não sendo um organismo de preservação, já forneceu e continua a proporcionar apoio técnico de parte de suas áreas de conhecimento.

Buscando consolidar e dar forma legal ao Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, foi assinado em 31.12.1985 um Protocolo de Cooperação Mútua, entre o Ministério da Cultura, o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília (cf. em anexo a tradução do referido Protocolo) com a finalidade de estabelecer as bases de um trabalho articulado entre os diversos organismos tendo vocação para o desenvolvimento da cidade, de modo a garantir sua preservação ao mesmo tempo levando em conta seu caráter dinâmico.

A parte assumida pelas secretarias do Governo do Distrito

	<p>Federal, interessadas pelas questões pertinentes ao conjunto histórico, natural, cultural e urbano contribui para a maior eficácia prática dessa conservação.</p> <p>Agora a principal meta é a conclusão da legislação específica de proteção que cobre várias áreas, desde as relativas ao meio natural, às fazendas, vilas operárias, formas de promoção e de divulgação cultural até a legislação urbana para o novo conjunto de bens de valor histórico, natural, cultural e urbano de Brasília, que deverá estar concluída em 1987.</p> <p>Um determinado número de medidas já foi tomado tal como a elaboração do Código de Posturas do DF que está aguardando parecer do governo local e, posteriormente, do Congresso Nacional. Outras medidas deverão ser encaminhadas para estudos conjuntos, como a questão da revisão do atual Código de Obras.</p>
<p>5. Justificativa da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial</p> <p>a) Bem cultural</p>	<p>Antes de verificar o valor universal excepcional de Brasília, é preciso inicialmente constatar seu valor mais intrínseco no contexto da História do Brasil. É preciso certificar-se que a "cidade nova" é, na realidade, uma "cidade antiga" no nosso pensamento político nacional; portanto, ela sempre foi uma "cidade histórica" bem antes de ser uma realidade concreta e urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A ideia de uma nova capital, distante da cidade do Rio de Janeiro e da dominação portuguesa que nela estava implantada, foi uma ideia dos revolucionários do movimento em favor da independência que surgiu na província de Minas Gerais, por volta de 1790. - Por ocasião da Proclamação da República (1889), a nova capital foi incluída na primeira Constituição Nacional. Sua existência legal foi definida assim como sua localização na região Centro-Oeste. - Após essas medidas, com o objetivo de escolher definitivamente o sítio e demarcá-lo, foram constantes as pesquisas e a exploração da região que só cessaram à véspera da implantação da construção propriamente dita da cidade. - Dessa forma, a "Pedra Fundamental" da nova capital havia sido colocada na região prevista, nas proximidades da cidade de Planaltina, dentro das comemorações do Primeiro Centenário da Independência. - A realização da capital tomou definitivamente seu lugar no

programa de governo do presidente Juscelino Kubitschek. Decisão tomada em 1955 e a inauguração marcada para o dia 21 de abril de 1960!

Essa evolução, lentamente amadurecida, confere a Brasília seu valor histórico tanto quanto sua rápida realização e o modo como viu a luz. A ideia que alcança a maturidade, a concretização da intenção política, os meios econômicos tornando a ação viável - a soma destes fatores - consolidaram a base dos aportes políticos e culturais do fato histórico, conferindo ao artefato urbano e arquitetônico resultante, uma forma plástica determinada. Assim, o valor histórico e artístico de Brasília decorre também da simbiose particularmente importante de características culturais, compostas de elementos provenientes do Brasil Colônia, do Império e da República - nascente e presente em seus respectivos ideais - tendência ainda constatada na sedimentação dos aspectos culturais da cidade.

É assim que essa opção formal em favor das tendências da arquitetura e do urbanismo em voga na época revela o pensamento cultural do momento quando o então presidente Juscelino Kubitschek preconizava o progresso como chave para a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento total, não apenas da região onde se ergueria a nova capital, mas do Brasil como um todo.

Foi nesse momento (1955-1960) que o fato histórico se torna concretamente um artefato cultural, uma obra arquitetônica determinada como arte, que o valor excepcional de Brasília ultrapassa as fronteiras nacionais e atinge indubitavelmente a categoria de valor universal excepcional:

- O pensamento referente ao urbanismo e à arquitetura em voga em meados do nosso século, inspirado pelos "Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)", pela "Carta de Atenas" e pelo "Movimento de Arquitetura Moderna" encontram em Brasília uma ocasião a mais de aplicação.

Nesse contexto histórico, político específico de Brasília, esta oportunidade de aplicação do pensamento "moderno" em urbanismo e em arquitetura não seria somente uma ocasião a mais, porém a mais significativa mundialmente, feita até então pelos seguintes motivos:

a) as experiências nessa área, até esse momento, limitavam-se a novos bairros ou a cidades-satélite de metrópoles pré-existentes.

b) Brasília se tornou a maior experiência realizada até então

(maior que Candigarh, do próprio Corbusier) como cidade e não bairro ou distrito/cidade-satélite de uma metrópole já existente e na qualidade de capital de um país e não apenas de um estado ou de uma região.

c) É dessa forma que Brasília jamais foi o prolongamento de um processo urbano determinado, mas a resultante de um processo histórico determinado e determinando um novo processo, sobretudo metropolitano, regional e nacional, um ponto de renovação, um marco histórico.

d) Para a proteção da cidade nenhuma barreira de ordem administrativa foi interposta, já que todos os meios - recursos humanos, técnicas, financeiros e administrativos - estavam prontos no momento desejado.

e) O sítio físico não impôs grandes limitações à concepção do projeto e à construção da cidade, pois ele foi escolhido de modo a preencher as exigências de viabilidade da construção, da infraestrutura, das comunicações assim como das fontes de abastecimento de água e as opções de lazer na natureza.

f) Para a escolha do projeto que determinaria a construção da cidade, foi aberto um concurso com júri internacional - a composição desse júri confirma a filosofia do governo, voltada para o progresso e para a prévia opção em favor da linguagem urbana e arquitetônica modernista.

g) Quanto a outras experiências de novas capitais - Washington, Camberra etc. - ocorreu que a esses "fatos históricos" corresponderam respectivamente "artefatos urbanos e arquitetônicos" diferentes, linhas formais outras que as linhas modernistas às quais nós nos referimos.

h) A realização de Brasília não se limita aos aspectos mais gerais de Urbanismo e de Arquitetura, ela desceu a detalhes, ao "âmago" do espaço urbano e arquitetônico. É assim que a cidade possui também um acervo notável de esculturas representativas do mesmo pensamento (seja no espaço público - como em frente a diversos monumentos - seja no interior das edificações), painéis artísticos, pinturas murais (seja interna, seja externa, igualmente), obras de arte, de artistas de renome internacional - aos quais se acrescenta o trabalho pontual da paisagem em diversas partes da cidade - realizações artísticas únicas (como conjunto urbano), obras-primas do espírito criador do homem do século XX, respondendo à sua necessidade ardente de renovação, de abertura e ao mesmo tempo permitindo sua utilização prática, sua criatividade, sua eficácia tendendo a diminuir a tensão de nossa época.

Por suas dimensões territoriais, pela abrangência de seu complexo histórico e cultural (como simbiose particularmente importante de diversos componentes culturais), pelo modo como se deu a síntese de um pensamento cultural determinado e enriquecida mesmo nos detalhes, e pela maneira como foi comunicada e divulgada internacionalmente, passo a passo (pela presença constante na mídia, pelas frequentes visitas de personalidades e homens de estado do mundo inteiro), Brasília já é, por assim dizer, Patrimônio da Humanidade desde sua construção e em uma posição de primeiro plano em comparação a outros bens do mesmo tipo tanto dentro quanto fora das fronteiras do Brasil.

Desse modo, inevitavelmente - retomando ainda as publicações de arquitetura e à mídia em geral - Brasília exerceu e continua a exercer considerável influência universal e contemporânea - sobre o desenvolvimento ulterior da arquitetura, da escultura monumental, da concepção dos jardins e das paisagens, das artes conexas do habitat.

Como forma de reforçar o que foi exposto anteriormente, várias constatações apresentam-se, por exemplo:

- o fato de que a partir do Movimento de Arquitetura Moderna como acontecimento, vários países que estavam à margem da sociedade cultural da época, assumem uma posição de vanguarda: o Brasil, os países escandinavos, o Japão, entre outros;

- a própria arquitetura (moderna) brasileira assume uma posição de destaque em relação ao ofício internacional - principalmente com a obra do arquiteto Oscar Niemeyer, cujo trabalho mais significativo é a produção arquitetônica de Brasília; esse arquiteto foi a partir de então frequentemente chamado para realizar trabalhos no estrangeiro, no mundo inteiro, em países como a França, Itália, Israel, Argélia;

- a divulgação universal do conhecimento de Brasília refere-se tanto aos elogios quanto às críticas de suas características urbanas e arquitetônicas, ultrapassando os limites imprecisos “estéticos” e “subjetivos”, mas se referindo ao aspecto visível e objetivo de sua presença na literatura e nas discussões em âmbito internacional.

Constata-se que a própria existência de Brasília ultrapassa a simples aplicação dos princípios do Movimento de Arquitetura Moderna e dos CIAM, na medida em que ultrapassa as propostas ditas “universais” e fornece respostas adaptadas à sua própria cultura e ao seu próprio contexto. Um exemplo é a ênfase que o urbanista Lucio Costa coloca em alguns aspectos de seu projeto: o sistema das vias de comunicação que favorece a circulação livre e

sem obstáculos, de massa, como resultado natural da “euforia” da recente descoberta, à época, do petróleo no litoral brasileiro ou da igualmente recente implantação da indústria automobilística.

E Brasília, reafirmando sua posição de vanguarda, se ultrapassa ela própria quando, por exemplo, em resposta à crise do petróleo ocorrida pouco após a inauguração da cidade, nas décadas imediatamente posteriores, faz adaptações no seu sistema viário em favor de distâncias mais curtas e de itinerários mais racionais.

Desse modo, a preservação do espaço de Brasília se quer dinâmica, como uma exigência própria de seu tempo e de sua condição de bem contemporâneo, sob pena de perder sua posição de bem contemporâneo para se tornar apenas um conjunto representativo de um momento determinado (ultrapassado) da História - o que não ofuscaria sua condição de bem cultural de valor universal excepcional que lhe conferiram os fatores expostos anteriormente. A preservação do espaço de Brasília impõe-se tanto pela proteção de aspectos fundamentais, que se tornaram permanentes devido à sua integração à sedimentação da cidade, quanto aos aspectos que se tornaram obsoletos com o tempo.

A preservação do conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília tornou-se igualmente um empreendimento de vanguarda, a exemplo de seu próprio objeto focal - Brasília, em seu espaço planejado para ser a nova capital do Brasil; pelo pioneirismo do assunto (da preservação do patrimônio contemporâneo) traz respostas que fornece o objeto mesmo da análise.

a) O bem contemporâneo não é de modo algum destituído de laços com a História, mas fortemente enraizado na base cultural que o concebeu, quer seja acentuando suas raízes quer recusando-as e buscando alternativas; ele pertence inevitavelmente à História que o precede e que o ultrapassa e é, precisamente, nisto que reside seu valor histórico;

b) o tempo cronológico recente da existência de um bem do patrimônio contemporâneo não pode ser tomado relativamente ao conceito de tempo histórico tradicional, pois a velocidade de transformação da sociedade contemporânea substitui, erode ou consolida os bens que a conformam do mesmo modo e com a mesma avidez;

c) dessa maneira, a ameaça à integridade dos bens culturais não paira apenas sobre os bens mais antigos, mas também sobre os mais recentes com a mesma carga de pressão;

	<p>d) a condição de contemporâneo exige, para manter-se fiel a seu próprio conceito, que o bem cultural se reatualize, preservando os aspectos fundamentais (permanentes) de sua proposta original, de modo a não perder sua condição de autenticidade, da qual não pode se desviar;</p> <p>e) assim, a preservação do bem contemporâneo deve ser dinâmica, não cristalizante, aberta às mutações do tempo, mas irredutivelmente ligada à sua essência;</p> <p>f) ligada aos fatos históricos, baseada nos seus aspectos objetivos, mostra-se claramente objetiva e não subjetiva, como poderia sugerir a curta duração do tratamento desta questão, a preservação do bem contemporâneo;</p> <p>g) principalmente, a participação das comunidades interessadas na preservação do patrimônio é uma exigência crescente e suas reivindicações e seus interesses são um dado altamente subjetivo, condição <i>sine qua non</i> de adaptação e de eficácia da preservação.</p> <p>Finalmente, devido à própria velocidade de sedimentação / substituição / descaracterização do patrimônio cultural - especialmente em relação ao patrimônio contemporâneo que não é devidamente considerado - pesa a ameaça de que os bens representativos de cada momento da História, de cada corrente de pensamento, de cada acontecimento etc. tornem-se cada vez mais raros, chegando até mesmo a uma perda possivelmente irreversível. Durante esse tempo, Brasília que já é uma manifestação tardia da corrente urbanística e arquitetônica racionalista, pode ser considerada também sua <u>derradeira</u> manifestação complexa, única em sua própria escala, cuja descaracterização seria lamentável e irreparável.</p>
<p>5. Justificativa para inscrição na Lista do patrimônio mundial (continuação)</p> <p>b) Bem natural</p>	<p>Como patrimônio histórico e cultural, a paisagem do Distrito Federal desempenha importante papel. O processo de escolha do sítio para a localização da capital brasileira, sua concepção urbana que incorpora harmoniosamente à estrutura da cidade, em seus espaços livres, porções dessa paisagem, assim como as próprias características de seu sítio, colocam claramente em evidência o acerto de tal reconhecimento.</p> <p>Todavia, existem fenômenos que não se esgotam apenas na interação entre o espaço natural, o construído e a forma pela qual nele exerce sua ação.</p> <p>A paisagem natural possui elementos que, por si próprios, a faz portadora de um valor excepcional e reconhecida como bem patrimonial.</p>

O primeiro passo para a preservação dessa paisagem é compreendê-la não apenas como espaço de excepcional valor cênico, mas compreendendo também seus aspectos físicos e relativos à biocenose.

Cerca de um quarto do território nacional está ocupado pelo “cerrado”. Do ponto de vista ecológico, o fato deste ecossistema, nova fronteira agrícola do Brasil, ser encontrado apenas neste país, confere-lhe grande valor.

O quadrilátero de Brasília está precisamente inscrito no *core* do cerrado brasileiro. A área para onde convergem as três bacias sul-americanas mais importantes - a do Amazonas, do rio da Prata e do São Francisco - é constituída de unidades geográficas diferenciadas e possui uma variedade incomum de flora e fauna.

A diversidade geológica, topográfica e a grande densidade de nascentes na região contribuem para a presença de diversos ecossistemas e habitats que formam um mosaico complexo de comunidades de fauna e flora.

Dentro dessa diversidade de composição de paisagem, é possível identificar cinco tipos fundamentais no âmbito do Distrito Federal:

- Depressão do Paranoá - ocupa 10.5% do território do DF, comporta-se como uma estrutura em domo, trabalhada pela erosão com um declive máximo de 8%, possui uma drenagem fluvial que corre na sua periferia, em curtas trajetórias em direção do Lago Paranoá. Suas terras dispõem de ventilação moderada, recebem boa insolação e dispõem de amplas e variadas vistas, ausentes no interior das terras planas das chapadas. Apresenta características ideais para a urbanização e o Plano Piloto tem a possibilidade de utilizá-lo ao máximo.

- Chapadas no entorno do Paranoá - ocupam 24% do território do DF e suas características são bastante semelhantes às do tipo precedente. Possuem um relevo muito plano que domina a paisagem da região; é aí que se encontra o ponto culminante do Distrito Federal, o Pico do Roncador (1.249 metros).

- Vale do rio Descoberto - Ocupa 10% do território do DF. Possui características bem diversas das unidades anteriores. Essa área sofreu um processo de erosão natural que desmontou inteiramente a camada que recobria a superfície atual, varrendo todo vestígio das antigas chapadas que existiam em continuidade às que ainda hoje subsistem. Apresenta-se como uma superfície relativamente

	<p>acidentada.</p> <p>- <u>Vale do rio Preto</u> - ocupa 23% do território do DF, correspondendo à paisagem intermediária entre as chapadas e o vale do São Bartolomeu. Seu terreno é bem pouco acidentado e é intensamente utilizado para a agricultura e a pecuária.</p> <p>- <u>Vale do rio Maranhão</u> - ocupa 7% do território do DF. Entre as demais áreas é a que foi mais profundamente modelada pela erosão natural, o que visualmente resultou em uma paisagem extremamente atraente pelo movimento acentuado de seu relevo e pela variedade do meio e dos tipos de vegetação. Sua declividade varia entre 20 e 45%.</p> <p>- <u>Vale interno do rio Descoberto</u> - ocupa 7,5% do território do DF, resultado, como na área anterior, da ação da erosão natural na chapada. Sua declividade varia de 8 a 20%, ainda que muitos de seus espaços sejam semelhantes aos tipos anteriores de paisagem, distingue-se dos demais no que se refere ao seu substrato geológico por estar separado do resto do território do Distrito Federal por uma importante falha geológica.</p>
--	---

Assinado (em nome do Estado-parte) BRASIL

Sobrenome e nome: Bicca, Briane Elizabeth Panitz

Título: Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Preservação Histórica, Cultural, Natural e Urbana de Brasília

Data: 29.12.86

Situação GEOGRÁFICA DO DISTRITO FEDERAL

Goiás

- Distrito Federal
- Área de interesse de preservação
- Cidades-satélites

Mapa do DISTRITO FEDERAL

- Área de Interesse de Preservação
- Cidades-satélites
 - Antigas fazendas
 - Centros históricos
 - Acampamentos operários

ZONA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E NATURAL DE BRASÍLIA (nível de proteção)

Zona de Preservação Especial

Zona Tampão 1 (Zona de descompressão com predomínio verde)

Elementos-Testemunho

Zona Tampão 2 (Zona mista sujeita a adensamento, para garantir o espaço e a originalidade da Zona de Preservação Especial).

CATEGORIA DE ANÁLISE: “TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS”

(Características das Edificações)

TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES E SUA SITUAÇÃO

Comércio geminado

Monumentos públicos no Eixo Monumental

Edifícios públicos

Torre do centro da cidade

Habitações isoladas

Habitações geminadas

Habitações coletivas sobre pilotis

Indústrias

Lago

BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Texto elaborado por Maria Elaine Kohlsdorf e Márcio Vianna a partir dos trabalhos desenvolvidos entre março de 1981 e novembro de 1985 pelo Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília.

Brasília já nasceu monumento e patrimônio comprometida com as funções pública, cultural e simbólica de capital nacional, que foram embaladas desde os movimentos separatistas do século XVIII. Desse modo, a presença dessa cidade na História brasileira antecede e transcende seu tempo de existência concreta. De modo coerente, sua construção foi épica e teve por ponto de partida a vontade política do governo Kubitschek, que para isto convocou técnicos e artistas renomados e para o trabalho, as forças produtivas de toda a nação. O produto desse inacreditável esforço nacional foi apresentado ao mundo como uma concepção arquitetônica avançada e um modelo *sui generis* de planejamento regional no qual cabe à cidade gerir a organização social do território e a nova articulação das forças econômicas e políticas; Brasília surge como urbanismo do 3º milênio onde se encontram o progresso tecnológico, a plenitude artística e a realização de uma sociedade socialista.

A confrontação da imagem divulgada com a realidade mostra, entretanto, outras faces de Brasília, nas quais um processo urbano cheio de contradições superpôs-se à utopia de seus criadores. Para redefinir esse monumento, alguns aspectos reforçam argumentos patrimoniais, tal como sua condição de cidade exemplar construída para capital edificada no século XX, objeto onde foram colocados em prática os princípios dos “Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)” e o conjunto de obras relevantes do movimento de Arquitetura Moderna dos anos 50. Outros aspectos, contudo, desnudam toda uma série de problemas que, em vez de preservação, reclamam por transformação: entre eles sobressaem as profundas diferenças sociais que igualmente a caracterizam e que são, em grande parte, fruto das imposições colocadas por seu próprio espaço físico.

Por outro lado ainda, agem forças que se revelaram antagônicas tanto a um aspecto quanto ao outro. Entre estas se colocam a capitalização do valor do solo que aumenta na esteira da delimitação física e espacial, rígida de Brasília e a

generosidade das áreas públicas que a compõem e que representam tantos pontos de pressão explorados pelos agentes imobiliários. É preciso igualmente considerar a ausência de um sistema administrativo de integração das diversas esferas governamentais e a caracterização do poder institucional local segundo as posturas deliberativas produzidas em processos fechados à discussão pública. Essa situação fundamenta-se claramente na ausência de participação política de sua população privada de representação efetiva e democrática.

Esse quadro deve, entretanto, ser complementado por forças positivas que se desenvolveram tendo por agente os homens que fizeram desta cidade sua cidade por terem nela trabalhado e, sobretudo, pelo surgimento da primeira geração de cidadãos nascidos em Brasília, ambos agindo no sentido de modificar as características de transitoriedade e da falta de laços de sua população. Este fato pode ser ilustrado pelo significativo número de movimentos locais hoje preocupados com sua cidade como processo social; nesse sentido, a visão de Aloísio Magalhães foi prospectiva quando, dirigindo a então Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, criou o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Brasília. Tentando realizar um trabalho conjunto com segmentos das comunidades locais, com instituições de ensino e organismos governamentais esse grupo dedicou-se a buscar definições mais exatas para a preservação de Brasília. Começou pela consideração de determinado número de bens culturais de diversas naturezas (espaço arquitetônico, artes cênicas, artes visuais e plásticas, música, literatura etc.) e articulados, sob diferentes posturas de conservação de sua memória, tais como a documentação, a historiografia assim como medidas jurídicas de proteção. Assim contextualizada, a questão do espaço físico de Brasília mostrou - além dos exemplos arquitetônicos internacionalmente divulgados - um complexo urbano em um território descontínuo que ultrapassa os limites físicos do Distrito Federal com mais de um milhão de habitantes dos quais somente um terço vive no seu centro - o Plano Piloto - e que se apresenta como um mosaico morfológico em vez da unidade temática originalmente projetada.

Os diversos tipos de assentamentos que compõem Brasília evidenciam as distintas maneiras de organização do habitat social, entre os quais alguns se destacam de modo historicamente significativo, justificando dessa forma medidas de preservação. Substituindo, então, o critério de antiguidade pelo de historicidade deve-se atualizar, conjuntamente com o Plano Piloto, o que pré-existia a Brasília e que lhe foi incorporado e as manifestações pioneiras do espaço na época da construção da cidade. O primeiro critério se caracteriza pelo modo local do Centro-Oeste brasileiro produzir o espaço social: os exemplos no Distrito Federal são as casas-sedes das

fazendas ainda em atividade e os dois centros urbanos transformados em cidades-satélites (Planaltina e Brazlândia). Quanto às segundas, elas concentram o que resta das vilas operárias construídas junto aos canteiros de obras, hoje uma alternativa de moradia para os menos favorecidos, e que exprimem princípios do modernismo nos materiais, nas técnicas artesanais e no sentido do provisório. Ao inverso, contudo, do Plano Piloto que foi o objeto de certa atenção ao longo de sua história, os assentamentos vernaculares e pioneiros são raramente reconhecidos como testemunhos morfológicos culturais válidos e sofrem, respectivamente, acelerado processo de descaracterização de seus elementos originais e de destruição.

A questão da preservação físico-espacial de Brasília foi ainda completada pela inserção de estudos relativos ao meio ambiente natural: ainda que não se caracterizem como bens culturais, as condições ecológicas, por sua vez, tornam-se patrimônio na medida em que são diretamente afetadas pela transformação da natureza em espaço produzido. Para exemplificar o que acontece com este último, verifica-se no Distrito Federal uma variedade considerável de formações paisagísticas, que justificam ações no sentido da conservação de suas características como testemunhos ecológicos.

A única definição desse acervo patrimonial não esgota, todavia, as discussões sobre a preservação de Brasília e ela pareceria inconsistente não fosse acompanhada de um questionamento relativo aos posicionamentos e medidas a serem tomados. No que se refere aos aspectos físicos e espaciais, sua natureza histórica elabora leis de desenvolvimento que, em vez de buscar aspectos de permanência, baseiam-se nas mutações condicionando, dessa forma, ações de preservação. Ao aspecto de contemporaneidade utilizado geralmente para diferenciar Brasília, se superpõe então sua similitude com qualquer processo social e sua submissão a esse atributo metamórfico. Trata-se, em outras palavras, de não trabalhar pela cristalização de morfologias, mas no sentido de abri-las para transformações, centrando a preservação em suas características fundamentais que serão capazes, a exemplo do que ocorre no nosso metabolismo, de manter sua identidade ao longo do processo vital.

A MEMÓRIA DE BRASÍLIA

Briane Panitz Bicca

Maria Elaine Kohlsdorf

Arquitetas

Brasília pertence à História do Brasil desde o final do século XVII, quando uma das bandeiras de união dos movimentos em favor da independência era a da transferência da capital do país para a hinterlândia; o nome e a localização da cidade, que Juscelino Kubitschek assumiu durante sua campanha eleitoral, nos anos 50, já haviam sido definidos no século anterior por José Bonifácio de Andrade e Silva, homem de Estado que consolidou a Independência do Brasil. A ação política do presidente Kubitschek permitiu que fosse implantado esse projeto histórico em um país apresentando enormes disparidades sociais, acentuada dependência econômica e imensos contrastes territoriais, frutos de uma epopeia que sacrificou, além de vidas humanas, grupos sociais já tradicionalmente oprimidos. O ritmo acelerado do processo de construção e de consolidação dessa cidade foi atípico na história do desenvolvimento urbano ocidental e, hoje, 25 anos após sua fundação, Brasília tornou-se um dos mais acabados exemplos de criação de novas capitais do nosso século, sendo ao mesmo tempo a expressão autêntica dos princípios da Arquitetura Modernas tais como os CIAM os preconizavam.

Por si só esses fatos justificariam a preocupação de querer preservar o artefato que Brasília representa o que não impede, por outro lado, que a demanda de preservação de sua memória seja insuficientemente examinada. Concorrem para isso questões intrínsecas à sua própria natureza, tais como a inevitável valorização do solo urbano em uma cidade com limites físicos bem demarcados e administrados quase como um monopólio estatal. Motivos de caráter político, tais como a ausência de representantes de diversos segmentos das comunidades locais, a estrutura centralizadora de sua instância deliberativa, suas características administrativas desprovidas de um sistema de planejamento físico-espacial e a pressão imobiliária crescente são fatores que tornam difíceis a articulação dos diversos setores interessados pelos rumos tomados pelo seu desenvolvimento urbano, ameaçando a identidade de Brasília em sua essência. Na verdade, as possibilidades de formação de uma consciência realmente cívica em relação à Brasília foram, até hoje menos,

importantes que no restante do território brasileiro, pois apenas agora começam a despontar as manifestações da primeira geração de cidadãos nascidos nessa cidade.

Graças ao exercício crescente de seus direitos de cidadão por parte da população fixa, não cessam de diminuir atitudes descompromissadas de grupos sem nenhum vínculo com a cidade, que se alternam no poder a cada mudança na administração federal.

A necessidade de abordar de modo culturalmente consciente, tecnicamente sistematizado e politicamente institucionalizado a questão da memória da cidade levou à criação, em marco de 1981, do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, por Aloísio Magalhães, então secretário de Cultura. Este contou com o concurso de três instituições compõem o Grupo: o Ministério da Educação e Cultura, o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, com a finalidade de estudar, de propor e adotar medidas para a preservação de tal acervo patrimonial. A tarefa desse grupo foi caracterizada pelo fato de se tratar de bens cujo sentido cultural não foi ainda plenamente consagrado pela opinião pública, pois datam de menos de 25 anos. Isto exige, portanto, a formulação de estruturas legais e de instituições adequadas às particularidades locais. Por outro lado, o campo de trabalho ampliou-se imediatamente, abordando as diversas modalidades do acervo físico-espacial, do complexo das práticas culturais e da instância documental - esta última beneficiou-se da possibilidade de crescer simultaneamente com a cidade em vez de empreender pesquisas retrospectivas sobre sua história.

Considerando a ampliação do universo tratado, para tornar possível essa tarefa, foi preciso distribuir as atribuições; coube à Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Fundação Nacional Pró-Memória, abordar o capítulo referente às diversas modalidades o acervo físico-espacial tratado no presente documento.

O domínio territorial do trabalho compreende a totalidade do Distrito Federal, em função de motivos que convém expor sucintamente. Na verdade, Brasília se apresenta atualmente como um território urbano altamente descontínuo, ultrapassando os limites de área original conhecida pelo nome de Plano Piloto e do próprio Distrito Federal; esse conjunto abriga, no Plano Piloto, a sede do Governo Federal, centro fornecedor para a totalidade desta unidade territorial de bens e serviços; de acordo com o censo de 1980, nele vivem 317.336 pessoas, a maioria de renda familiar elevada. A periferia tem uma população densa (880.806 habitantes), com renda mais baixa, distribuída entre as cidades satélites, favelas e o que resta das vilas operárias

edificadas na época da construção junto aos grandes canteiros de obras. A isto se soma a grande periferia, adjacente ao Distrito Federal, que abriga uma população numerosa, mas destituída de equipamentos e serviços, distante 50 km de seu mercado de trabalho.

Essa descontinuidade da ocupação territorial é combinada com morfologias altamente diversificadas, podendo ser reunidas em três grandes grupos: de um lado, as diversas expressões do Movimento de Arquitetura Moderna, que variam do Plano Piloto de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer às vilas operárias projetadas pelas grandes sociedades que construíram Brasília; de outro lado, as manifestações locais próprias à região Centro-Oeste constituídas pelas casas-sedes das fazendas e pelas antigas aglomerações anteriores à transferência da capital. Enfim, os grandes conjuntos e os loteamentos periféricos, assim como as residências que o morador precariamente construiu, com suas próprias mãos, e que os abrigarão.

O Grupo de Trabalho logo se preocupou em definir nesse mosaico os objetivos de seu trabalho, por meio ao mesmo tempo tanto de um reconhecimento minucioso desses assentamentos quanto de discussões com técnicos e representantes das diversas categorias que já se consagravam ao estudo de Brasília. O critério escolhido buscou ligar os objetos a seus valores na preservação da memória de Brasília. Disso, resultou um inventário composto das manifestações culturais pertencentes a distintos períodos:

- O que existia anteriormente a Brasília como expressão local da região Centro-Oeste, e que é encontrado em uma zona antiga no interior do Distrito Federal (Planaltina e Brazlândia) e em várias fazendas - numerosas e ainda em atividade - situadas em zonas pertencentes atualmente a este mesmo território.

- As manifestações dos pioneiros, calcadas sobre os princípios do Movimento de Arquitetura Moderna, edificadas provisoriamente, e expressas nas vilas operárias dos canteiros de obras da cidade, as quais são, hoje ainda, testemunhos vivos de uma época.

- O meio natural, reunindo morfologias de paisagens ainda intactas, algumas bastante raras e disseminadas no território do Distrito Federal.

Paralelamente a esses trabalhos com o meio físico-espacial, desenvolvem-se outras, tendo como centro de interesse as demais manifestações culturais da região e a formação de um sistema documentário compreendendo todos os aspectos responsáveis pela preservação da memória de Brasília.

**A PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO DE BRASÍLIA:
DIRETRIZES PARA SUA ÁREA DE INTERESSE ESPECIAL**

Briane Panitz Bicca*

Márcio Vianna**

Maria Elaine Kohlsdorf*

Yeda Barbosa**

(*) Arquiteto da Universidade de Brasília

(**) Arquitetos da SPHAN- Pró-Memória

Universidade de Brasília

Departamento de Urbanismo - ICC

Ala Norte

70.910 Brasília, DF

SINOPSE

A área conhecida pelo nome de Plano Piloto de Brasília está caracterizada, segundo suas categorias morfológicas, em dois instantes: em seu “tempo 0”, tal como Lucio Costa a concebeu em seu *Relatório sobre o Plano Piloto* e atualmente (período de 1983 a 1985). Observa-se o comportamento, nesse espaço de tempo, das tendências de caracterização (de reforço, enfraquecimento, metamorfose etc.). Mas as inferências que delas resultaram são observadas à luz de critérios de otimização de seu desempenho morfológico em relação a um referencial de imagem, aos usos e à apropriação social. Dessa avaliação decorrem diretrizes por categoria analítica utilizada, que antes de se tornarem definitivas, constituem contribuições para um amplo debate com a população de Brasília, a responsável legítima pela seleção dos bens culturais que deverão constituir-se em memória da cidade.

Passaram-se quase trinta anos desde que Lucio Costa apresentou um projeto de imagem para Brasília, quando a concebeu sob a forma de um “Plano Piloto”; o processo histórico brasileiro ateu-se à restrição das bases lançadas nessa época na parte de uma estrutura urbana que se tornou bem mais complexa. Contudo, a permanência dessa imagem pré-figurada sobre o território inicialmente previsto, causou a transformação de Brasília em “Plano Piloto” e o espraiamento da nova capital em uma cidade concreta, disseminada em todo o Distrito Federal bem como na região adjacente.

As características fundamentais do atual espaço do Plano Piloto de Brasília foram descritas no Relatório que acompanha o Plano, de modo a cobrir praticamente todos os elementos morfológicos fundamentais: desde a maneira como as condições naturais do relevo, da vegetação e das águas de superfície fariam parte da configuração da cidade, até a descrição do tipo de mobiliário urbano, passando pela estruturação interna dos espaços públicos e pelos estudos da tipologia da construção. Articuladas às estruturas plásticas, foram definidas a organização funcional e, indiretamente, ou nem tanto, a apropriação social que os espaços da nova capital iriam propiciar.

É possível afirmar que a implantação dessas ideias correspondem, na maioria de seus aspectos, com a proposta na medida em que a imagem de Brasília se realizou como capital, coincidindo com o que está definido como tal no referido Relatório:

Ela deve ser concebida não como um simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente sem esforço, as funções vitais próprias a UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBIS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. (1)

Sob outros aspectos, foram feitas interpretações do plano de Lucio Costa que tiveram, às vezes, como resultado condições problemáticas para um desenvolvimento

mais completo das práticas sociais urbanas; é o caso da estrutura atual de uso do solo que reforçou o zoneamento monofuncional das diversas atividades. Finalmente, diversas prescrições tipológicas do Plano Piloto foram tomadas como projetos, criando uma estrutura visual, em certos casos, extremamente redundante, tais como as duas “Asas” residenciais.

A inferência de permanências e de metamorfoses no Plano Piloto aparece, contudo, de uma forma mais transparente se percorremos o tempo que nos separa do marco zero de Brasília por intermédio de algumas categorias analíticas, suficientemente amplas para cobrir esta cidade como arquitetura.

A abordagem da preservação do espaço construído de Brasília como bem patrimonial artístico, histórico e cultural está inserida, desde seu início, no contexto anteriormente descrito; e é no seu seio que se buscou o ponto de referência conceitual e metodológico que iria reger o desenvolvimento desse trabalho. O ponto de partida foi um determinado número de princípios que levam em consideração a natureza física e social, da continuidade e da historicidade do espaço arquitetônico. Esses princípios induziram a que o trabalho fosse feito tanto no sentido da permanência quanto no da transformação e que fossem eleitos como critérios de seleção, questões tanto artísticas e históricas como as de referências da população. As consequências metodológicas desses princípios foram realizadas em caráter experimental, na área do Plano Piloto de Brasília, por um trabalho visando caracterizar essa área, no âmbito da equipe técnica (o que corresponde ao nível de análise da área como realidade concreta) e no (mesmo que até o momento em caráter precário) da população que mantém vínculos de moradia e/ou emprego e de abastecimento com essa área (correspondendo ao nível de análise da área como realidade percebida).

A delimitação da área do Plano Piloto para fins de preservação, fez coincidir quase totalmente os limites institucionais (denominada “Área Urbana de Brasília” e grande parte da bacia do Lago Paranoá / Área Metropolitana de Brasília”) com o perímetro obtido pelo alcance do campo visual, no nível do solo, até a linha de cumeeira das colinas mais próximas, mas situadas fora do perímetro urbano. Essa delimitação é o somatório das três áreas definidas para efeitos da preservação, com maior rigidez ou mais flexibilidade, nas quais foram realizados os estudos de caracterização, segundo as categorias analíticas e para as quais, respectivamente, foram e ainda estão sendo elaboradas as diretrizes de preservação: uma AREA DE INTERESSE ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO (AIEsp), ponto focal do sistema e sua área mais densa, para a qual Lucio Costa previu seu Plano Piloto e onde aparecem os

elementos mais significativos do patrimônio construído analisado; uma ÁREA DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO (AIP), de interesse mais genérico de preservação, situada nas margens dos limites entre paisagens, onde aparecem os elementos mais significativos do entorno da AIEsp, tanto naturais (tais como o lago, seus estuários etc.) quanto edificados, como por exemplo, as Cidades Pioneiras, testemunhos da construção de Brasília; essa área, apesar de tudo, poderá - respeitados de determinados critérios - receber uma população mais densa preservando, ao mesmo tempo, seus caracteres fundamentais; entre as duas áreas de preservação, foi identificada uma faixa de amortecimento (AAm) que permitirá uma certa descompressão entre a AIEsp e o restante do contexto urbano de Brasília, por meio de uma faixa onde predominará o verde, cujos usos serão compatíveis (Setor de Clubes Esportivos, Parque da Cidade, Campus Universitário etc.), apresentando um característica ao mesmo tempo de salvaguarda e de dinamismo das medidas recomendadas de preservação; em qualquer das três áreas de preservação encontram-se ainda ELEMENTOS TESTEMUNHOS do período inicial de Brasília, designados para preservação mais rígida mediante, inclusive, sua inscrição no patrimônio cultural.

A seguir serão relatados de modo sumário estudos de caracterização da Área de Interesse Especial de Preservação (AIEsp) de Brasília, segundo uma divisão em categoria analíticas e igualmente acompanhados de uma síntese das respectivas diretrizes de preservação.

1 - AS CONDIÇÕES - SÍTIO FÍSICO

Os elementos oferecidos pelo meio natural para a configuração plástica do Plano Piloto foram considerados de modo ambíguo, tanto na concepção da cidade quanto nas sucessivas etapas de sua implantação; tanto em termos globais quanto locais e isolados. Essa situação se caracteriza por duas atitudes divergentes: de um lado, condições naturais do sítio nos seus aspectos genéricos (relevo plano, vegetação predominantemente pouco densa, intensa luminosidade) e, de outro lado, alterações radicais de suas características específicas (tratamento dado às paisagens, aclimação das edificações, implantação das edificações). Nesse sentido, é possível extrair do Relatório de Lucio Costa, ao mesmo tempo, propostas tais como “procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação...” (2) ou como “criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de

pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha (...) com frente igualmente para ampla esplanada disposta num segundo terraplano...” (3)

A urbanização da totalidade da área do Plano Piloto se caracterizou e se caracteriza ainda pela construção em plataformas; estende sua incidência a territórios que seriam de escala gregária em vez de monumental; constata-se a tendência de anular a modelagem natural do solo, criando desnivelamentos que se comportam como barreiras ao movimento urbano.

A submissão das condições do sítio físico no processo arquitetônico não se limita ao relevo, mas atinge os elementos de vegetação. Progressivamente, as espécies nativas foram substituídas por espécies exóticas, tanto nas grandes extensões (reflorestamento) quanto nos jardins os quais, na maioria, têm um caráter apenas ornamental. Supondo que o sítio seja tomado como uma característica original que é preciso preservar, em nome da manutenção das referências de imagem, essa atitude significaria a destruição de determinadas condições do meio ambiente natural, em que poderiam estar incluídos riscos de desequilíbrio ecológico, em nome de princípios altamente discutíveis.

A conclusão seria, então, que Brasília se insere também na necessidade geral de proteção do meio natural sob transformação social; nesse contexto, destacam-se aqui algumas presenças especiais, tais como os estuários dos rios e as matas ribeirinhas assim como a salvaguarda das formações nativas mais comuns, que se tornaram raras devido à sua extinção, como o são as últimas manchas de “cerrado”(*) integradas na área urbana do Plano Piloto de Brasília e do Distrito Federal como um todo.

Dessa forma, as diretrizes de preservação do sítio físico de AIEsp indicam medidas tais como:

- a preservação das características de inserção de AIEsp no contexto territorial ao qual pertence - em relação a seus limites e a suas respectivas temáticas (urbana, suburbana, natural) das zonas de limite, conexões com os outros territórios, interação com a paisagem e os campos visuais “de fora para dentro” e “de dentro para fora”.
- A preservação, recuperação e valorização das características naturais de AIEsp referentes: ao relevo, ao sistema hídrico e à vegetação nativa com critérios para a implantação de vegetação exótica, assim como a adequação do espaço urbano das tipologias arquitetônica às condições climáticas locais.

- A preservação rigorosa de elementos do sítio físico como testemunho da paisagem no patrimônio natural dessa área.

2 - A CIDADE VISTA NO PLANO

Analisadas pelos componentes horizontais e bidimensionais no nível do solo, as características do Plano Piloto são quase integralmente conservadas desde sua concepção: do Relatório de Lucio Costa se destacam atributos permanentes até a atualidade:

(A cidade) nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. (4)

... três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário (...)

... o tráfego de carros e ônibus se processa tanto na parte central quanto dos setores residenciais sem qualquer cruzamento. Para o trajeto de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo (...) tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão. (5)

A sedimentação da cidade nela introduziu adaptações acessórias, sendo que algumas com resultados discutíveis, sem, no entanto, terem sido alteradas as características fundamentais do desenho original: predomínio da malha urbana no sentido longitudinal, forte hierarquização das vias, inversão do fundo assegurado pela predominância dos espaços abertos sobre os espaços ocupados.

Contudo, algumas características do plano da cidade apresentam problemas para a circulação dos pedestres e a articulação entre determinados territórios adjacentes, por erguerem barreiras nas comunicações; em vários casos essas características contidas no plano original e perpetuadas por sua consolidação exigem revisões que possam ser realizadas sem, com isso, descaracterizá-lo. É o que nos mostra, por exemplo, a estrutura linear da malha, atualmente barreira ostensiva no sentido dos percursos transversais; o caráter desse plano não seria, apesar de tudo, modificado se duas correções fossem introduzidas: 1º) o encolhimento de certas vias muito largas, com a alteração necessária da estrutura atual do uso do solo; 2º) o estabelecimento de duas ou três ligações transversais em cada "Asa", nos trechos onde as tendências nesse sentido já se fizeram sentir. Um exemplo se refere à

inversão do fundo característico de Brasília a qual poderia ser reduzida (sem, entretanto, chegar à reversão) de modo a fornecer melhor utilização do solo, e sem comprometer a garantia de panoramas amplos e de generosas superfícies verdes, características fundamentais da área em questão.

Os caracteres mais carregados de consequências da AIEsp, vista no plano introduzido dessa forma, tanto aqueles apresentando importância fundamental quanto aos caracteres problemáticos da percepção da imagem da cidade e de seu pleno metabolismo, seriam diretrizes de preservação já, em certa medida, adiantadas nos parágrafos precedentes:

- A preservação das características fundamentais da estrutura da malha urbana da AIEsp, com uma revisão de seus aspectos problemáticos (características já citadas da preponderância da orientação longitudinal e medidas visando favorecer o caráter transversal, correções acessórias do traçado das vias de comunicação).
- A preservação das características fundamentais das relações entre os espaços abertos e espaços fechados, com uma revisão de seus aspectos problemáticos (inversão excessiva do fundo com generosas superfícies verdes, favorecendo maior apropriação social do espaço que ocasionará uma redução das despesas públicas nos espaços abertos).
- A revisão do sistema de desmembramento da AIEsp, ao mesmo tempo preservando as características gerais do macrodesmembramento e tornando o tipo de microdesmembramento adequado ao papel das diferentes partes constituindo a totalidade da AIEst (estruturação fundamental do uso do solo, adequação, conforme sua localização, dos tipos de desmembramentos, em lotes ou em projeções).

3 - A SILHUETA DO PLANO PILOTO

Contrariamente à permanência das características do plano durante todo o processo histórico do Plano Piloto de Brasília sua silhueta sofreu, ao longo dos anos, alterações significativas, fruto de fortes pressões e de mudanças sucessivas nos índices referentes ao urbanismo da cidade, especialmente dos gabaritos das áreas mais centrais.

Observações dispersas no Relatório de Lucio Costa relativas à altura das construções nos diferentes setores induzem à concepção de uma silhueta fundada na

homogeneidade e na baixa altura das áreas residenciais (ao longo do Eixo Rodoviário) e um brusco movimento vertical no Centro Urbano.

Nessa silhueta, constata-se que determinados elementos conservaram seu caráter, sendo o caso das linhas de força, estruturadas pela horizontalidade simétrica e opostas em relação às linhas verticais centrais; por outro lado, entretanto, o sistema de pontuação foi alterado várias vezes. Isso aconteceu com a inclusão do Mastro da Bandeira Nacional, próximo à Praça dos Três Poderes, que rivaliza com o edifício do Congresso Nacional, cuja hegemonia era até então absoluta.

A preservação das características fundamentais da silhueta do Plano Piloto se torna, então, uma questão urgente, tanto face aos interesses imobiliários que vê, com esse controle, restrições a seus ganhos como frente a um espaço que pertence, visto sua raridade, cada vez mais a uma elite. Esse impasse não pode, todavia, querer ignorar a força da imagem contida nos elementos da silhueta da cidade, pontos de referência para a orientação e pontos para estruturar as representações mentais, sempre enfatizadas pela população de Brasília nas pesquisas realizadas, como é o caso da Torre de Televisão e do Congresso Nacional.

Dessa forma, as diretrizes de preservação da silhueta da AIEsp são em síntese:

- A preservação das características fundamentais da silhueta da AIEsp pela manutenção das leis da composição de seus planos verticais - a saber, a linha de coroamento marcada pelo contraponto entre o Centro Urbano e as duas áreas residenciais simétricas em relação a este centro: essas últimas, marcadas pela horizontalidade e pela homogeneidade da linha de coroamento, com deflexões suaves ou inexistentes; e o Centro Urbano com uma linha de coroamento plena de deflexões, agudas e frequentes, que são também as pontuações da silhueta. Em seu conjunto elas formam a grande linha de força central do sistema.

4 - AS TIPOLOGIAS DAS CONSTRUÇÕES

As construções contribuem para a configuração do Plano Piloto de uma maneira talvez mais incisiva do que nas outras cidades brasileiras, pois elas são elementos reais de articulação do espaço urbano, transformadas em espaços públicos interiorizados, altamente polarizadoras, reduzindo os espaços abertos a áreas residuais e tratando as construções sempre de modo a destacá-las da paisagem.

Todavia, não é possível transpor diretamente essas características à ideia original, pois em várias passagens do Relatório de Lucio Costa é bem clara a intenção de tratar cada uma dessas áreas da cidade de modo diferenciado de acordo com o papel que desempenha. Por exemplo, existe neste ponto a preocupação de assinalar determinadas edificações como um conjunto simbolicamente expressivo. É o caso da Praça dos Três Poderes, e quando a forma da implantação da Catedral é descrita:

A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por uma questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento (...) (6).

Ao contrário, no Centro Urbano Civil prevalece a ideia de continuidade dos edifícios entre eles, permitindo maior agregação e convergência do público em direção dos espaços comuns:

... os cinemas e teatros, cujo gabarito se faz baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura do campo livre para a instalação de painéis luminosos e reclames. (7)

E, finalmente, as áreas residenciais são consideradas o cotidiano e a convivibilidade harmoniosa, regida somente por princípios genéricos em que o acento é colocado na ausência de caráter monumental e onde se asseguram determinados aspectos tais como o gabarito, os pilotis, a separação do sistema de vias para os pedestres da circulação de veículos:

Dentro destas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se de maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres (...). (8)

Independentemente dos desvios ocorridos entre as intenções contidas no Relatório de Lucio Costa e a construção da cidade, diversos imóveis de Brasília assumem importante papel no referencial da imagem de sua população, pois contêm

atributos tais como originalidade e gênese. Eles se concentram principalmente na categoria de obras monumentais, sendo bastante representativos dos princípios do Movimento de Arquitetura Moderna, na época da construção da capital. Por isso, tornam-se elementos testemunhos desse período, agregando valor histórico ao valor arquitetônico e à carga simbólica que carregam. São cada vez mais elementos a serem preservados e que é preciso recomendar com rigor.

Alguns grupos tipológicos na AIEsp foram identificados, a partir da análise tipológica efetuada: construções residenciais sobre pilotis (tipo dominante), construções monumentais, construções institucionais etc. As diretrizes de preservação das tipologias arquitetônicas seriam, dessa forma, diretamente aplicadas a esses grupos e em relação à atitude para com cada um deles:

- A preservação, a recuperação e a valorização das características fundamentais dos grupos tipológicos presentes nas partes que constituem o todo da AIEsp, com correção dos aspectos problemáticos, para a adequação desses grupos a seus respectivos papéis simbólico, social e funcional.
- A preservação das características fundamentais de composição de cada parte constituindo o todo da AIEsp, por grupo tipológico diferenciado, com a revisão de seus aspectos problemáticos (grupos tipológicos presentes em cada território, ações para tornar compatíveis as características tipológicas dos elementos construídos e o caráter do território onde se encontram etc.).
- A preservação rigorosa, por meio da inscrição no patrimônio mundial, dos elementos tipológicos do Movimento de Arquitetura Moderna, de valor patrimonial reconhecido e pertencendo ao período inicial de Brasília.

5 - A ESTRUTURA INTERNA DO ESPAÇO

Se reconstruirmos seu caráter tridimensional essa categoria analítica mostraria uma concepção inicial do espaço do Plano Piloto, ao mesmo tempo geral e particularizado, desde os primeiros parágrafos de seu Relatório - ainda que esses últimos se refiram a elementos vistos no plano. A descrição a seguir, por exemplo, já apresenta as unidades morfológicas fundamentais da estrutura urbana:

Quanto ao problema residencial, ocorreu à solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os

lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada (...) a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras. (9)

A evolução dessas características, por um lado, apresentou diferentes graus de permanência e de metamorfoses: é possível, por exemplo, acusar a presença de fidelidade ao plano original da estrutura do espaço proposto, mas por outro lado, se produzem também alterações que se impõem desde os primeiros tempos da implantação da cidade.

A estrutura interna do espaço do Plano Piloto guarda ainda relações de permanência dos efeitos visuais na sucessão dos deslocamentos mais significativos; os panoramas, de campo amplo e profundo, utilizados como estratégias em vista de aumentar o caráter monumental, encontram-se já prescritos na proposta original. Foram de tal forma multiplicados na construção da cidade que levaram, em algumas situações, a redundâncias. Contudo, os efeitos de gênese, de colocar em evidência ou da clareza obtida a partir das construções, decorrem geralmente dos princípios estabelecidos desde os primeiros instantes por Lucio Costa ou Oscar Niemeyer.

As diretrizes de preservação da estrutura interna do espaço da AIEsp se colocam em função das unidades morfológicas concebidas, pela maneira como elas se compõem e se articulam entre elas, pelos efeitos de estrutura interna do espaço que oferecem (seja de referência visual ou de medidas visando favorecer a circulação e a permanência dos usuários em suas sucessões respectivas de deslocamento):

- A preservação das características morfológicas fundamentais das diversas partes que constituem o todo da AIEsp e de suas relações temáticas com a correção dos aspectos problemáticos para a imagem, o uso e a apropriação social dos espaços.
- A preservação e a valorização dos efeitos visuais característicos de cada parte constituindo o todo da AIEsp e tomado como integrante as fases sucessivas durante os deslocamentos, com correção dos aspectos problemáticos. Tal reserva se impõe, pois determinados efeitos visuais fundamentais para a caracterização da estrutura

interna dos espaços são às vezes excessivamente repetidos e, devido à sua redundância, erodem o potencial de imagem da cidade.

- A preservação dos tipos de unidades morfológicas características e próprias a cada parte constituindo o todo da AIEsp, assim como as composições que lhe são específicas reforçando os atributos e corrigindo os aspectos problemáticos.

6 - OS ELEMENTOS ACESSÓRIOS

O interesse dirigido à imagem de Brasília não está limitado aos elementos fundamentais, mas chegou a fixar diretrizes prévias a outros complementos por meio de recomendações referentes à sinalização, à publicidade e à numeração urbana, ou ainda a outros detalhes: "... corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame." (10)

Grande parte dessas recomendações foi rigorosamente seguida e foi objeto de planos especiais, tais como as placas de sinalização ao longo das vias de comunicação do Plano Piloto e das cidades-satélites.

O exemplo mais significativo de caráter de orientação em termos de elementos acessórios é precisamente aquele citado anteriormente, em que os "painéis luminosos de reclame" do Setor de Diversões constituem-se em presença de contraste e em importância chave de orientação. Em outras ocasiões, os elementos acessórios participam da estrutura interna do espaço de modo a melhorar seus efeitos visuais: é o caso dos postes de iluminação que reforçam o sentido da direção ao longo das artérias ou das placas dos estabelecimentos comerciais que enriquecem perfis urbanos sobre suportes desprovidos de atrativos particulares, como é o caso para os módulos de lojas, justapostos na área destinada ao comércio local.

Como diretriz genérica da preservação dos elementos acessórios da AIEsp, assinala-se:

- A valorização dos elementos acessórios como participantes enriquecendo a estrutura interna do espaço urbano da AIEsp adaptados às características das diversas partes que constituem seu todo (em cada caso específico, podem tanto encorajar as potencialidades de estimulantes do usuário e do observador do espaço urbano, pelos elementos acessórios, como ser designados à descrição máxima na medida em que

as construções ou o próprio espaço natural devem ser o principal atrativo da referida fração urbana.

* * *

A permanência de uma série de características fundamentais ao referencial da imagem do território do Plano Piloto de Brasília deve ser interpretada em sua justa medida. Se, por um lado, mostra a força e a coerência do plano original de Lucio Costa a um conceito brasileiro de capital, o que significa que também houve durante a curta história de Brasília, a vontade política de preservar esta imagem. Entretanto, não se pode esquecer a composição efetiva que assumiram ao longo desse período as forças decisórias do país, distanciando ao extremo segmentos da população, de toda participação mesmo a menos formal. Essa contradição é uma preocupação, sobretudo, quando se trabalha no sentido de preservar as identidades morfológicas e que não há nenhum motivo de excluir Brasília; ela assume proporções agudas quando se considera nosso contexto atual em que a memória foi suprimida e a história reduzida ao tempo do instantâneo. Ao contrário, acreditamos que essa questão depende da coletividade a qual, nada monolítica, está encarregada de conflitos; jamais homogeneia, mas extremamente diferenciada, não se define unicamente no presente, mas se renova em futuros incertos. Assumir essa tarefa é assumir seus conflitos e é uma discussão que engaja a todos diretamente que deverão partir das diretrizes de preservação da memória do Plano Piloto inscritas no espaço.

CITAÇÕES

- (1) COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*: Introdução. Rio, 1957.
- (2) COSTA, Lucio: id. § 2
- (3) COSTA, Lucio: ibid. § 9
- (4) COSTA, Lucio: ibid. § 1
- (5) COSTA, Lucio: ibid. § 8
- (6) COSTA, Lucio: ibid. § 9
- (7) COSTA, Lucio: IBID.§ 10
- (8) COSTA, Lucio: ibid. § 16
- (9) COSTA, Lucio: ibid. § 16
- (10) COSTA, Lucio: ibid. § 10

(*) Cerrado: savana vegetada e arborescente do Centro-Oeste brasileiro.

A PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS: MARCO TEÓRICO PARA O CASO DE BRASÍLIA

Maria Elaine Kohlsdorf

As considerações a seguir estão obrigatoriamente estreitamente ligadas a determinados princípios subjacentes à natureza do espaço das cidades, na medida em que é considerado como entidade arquitetônica; dessa forma, Brasília aparece como um fenômeno entre outros, até certo ponto regido pelas mesmas leis gerais do desenvolvimento urbano, que se superpõem ao aspecto contemporâneo ao qual se recorreu para colocá-la em evidência. Entre essas leis genéricas encontra-se presente, precisamente com um toque especial, o movimento de alteração da forma urbana ao longo de todo o ciclo vital das cidades, questão que decorre, como se sabe, da natureza dinâmica dos objetos arquitetônicos. A preservação de tais artefatos - seja na escala da construção ou na das grandes frações urbanas, ou mesmo de cidades inteiras - deve, inicialmente, submeter-se a esse atributo metamórfico, trabalhando não no sentido da cristalização dos espaços arquitetônicos, mas, ao contrário, na da sua constante mutação. Os procedimentos clássicos no domínio da preservação nos fornecem assim uma série de ensinamentos a partir dos inúmeros exemplos de uso no mundo inteiro; entre eles, os mais importantes talvez se refiram ao rigor das descrições morfológicas e os mais questionáveis residem nos comportamentos estáticos dos planos e projetos para sua preservação.

Todavia, nessas últimas décadas assistimos ao desenvolvimento de outra corrente conceitual no domínio da preservação, traduzida simultaneamente em discussão teórica e em uma boa quantidade de realizações práticas; o resultado desse movimento, enquanto realizações aparecem no Brasil, com transformações radicais no tratamento dado aos bens patrimoniais, passando por redefinições da questão cultural e de sua institucionalização recente, no nível do governo federal, pela criação de um ministério especial para a cultura. Entretanto, ainda é impossível falar do surgimento de um novo paradigma da preservação arquitetônica, diante de estruturas fundamentadas em questões metodológicas mais do que em questões conceituais.

A abordagem da preservação do espaço construído de Brasília como bem patrimonial artístico, histórico e cultural se inseriu, desde o início, no contexto anteriormente descrito; e é em seu âmbito que se buscou o subsídio conceitual e metodológico que orientaria o presente trabalho. O ponto de partida foi determinado princípios fundamentais que colocam:

- 1) a continuidade do espaço arquitetônico, seja a permanência de atributos responsáveis por sua natureza em qualquer escala e qualquer grau de complexidade;
- 2) a natureza arquitetônica tomada em seu aspecto físico, mas socialmente produzida e, portanto, tridimensional, histórica e fundada em relações de transformação social do meio natural;
- 3) a flexibilidade do espaço arquitetônico suscetível de receber usos e estruturas sociais diversas, capacidade que, com sua temporalidade lhe transmite o caráter de espaço necessariamente metamórfico;
- 4) o fato de o espaço arquitetônico existir ao mesmo tempo como entidade concreta do mundo material e como objeto da percepção humana, pede uma abordagem que trate de maneira integrada esses dois pólos (1).

Esses princípios induzem a um trabalho de preservação arquitetônica tanto no sentido de permanência quanto no de transformação e de escolha de critérios de seleção de pontos tanto artísticos e históricos como de referência para a população (questões já levantadas por autores tais como LEMOS, 1981; LYCH, 1960 e 1972 e TRIEB, 1974, 1976). Portanto, a escolha do que convém conservar sem alterações futuras (e também o que convém restaurar em seu estado primitivo), e o que é preciso colocar à disposição de transformações constantes, e ainda o que, de maneira incisiva, deve ser modificado em curto prazo - é uma questão submetida à pertinência de elementos com instâncias essenciais ou acessórias do objeto arquitetônico considerado e essa distribuição em categorias distintas é fruto tanto de uma análise da realidade concreta que do objeto percebido social e culturalmente. As consequências metodológicas desses princípios foram e são realizadas, em caráter experimental, na área do Plano Piloto de Brasília, trabalhando em prol de sua caracterização, realizada no próprio seio da equipe técnica (que corresponde ao nível de análise da área como realidade concreta), e no âmbito (se bem que até o momento precário) da população com vínculos de moradia e/ou de emprego e de abastecimento no contexto desse Plano (que corresponde ao nível de análise da área como realidade percebida) (2). A caracterização conduz, de fato, à inferência de elementos, sob a forma de

características, quer sejam ou não essenciais aos objetos; no caso dos aspectos arquitetônicos, essas características já foram exaustivamente trabalhadas sob a forma de tipos e de tipologias (entre outros, WEISSMANN, 1972; GREGOTTI, 1972; ROSSI, 1971, 1977; KRIER, 1976) ou como caracteres essenciais (LYNCH, 1960 e 1963; CULLEN, 1961; TRIEB, 1973, 1976, 1979, 1981; TRIEB & SCHMIDT, 1982, 1983); nos oferecendo instrumentos de análise e de elaboração de normas. De outro lado, entretanto, esses instrumentos devem compreender sistemas descritivos e explicativos próprios aos níveis, concreto e perceptivo, de análise que sejam convergentes, pois somente assim serão inferidas as características fundamentais e acessórias e formuladas as diretrizes de preservação do espaço; nesse sentido, as categorias analíticas devem ser comuns aos dois níveis e os movimentos descritivos/explicativos e proposicional (em outros termos, as categorias de análise devem ser as mesmas do projeto, plano, elaboração de normas etc.). A escolha dessas categorias, no caso de Brasília, não foi limitada aos aspectos particulares da cidade, pois acreditamos que elas devem, obrigatoriamente, englobar todas as características que fazem desse objeto específico uma entidade arquitetônica. Mas ele está estreitamente ligado a um aspecto da arquitetura - a configuração - fazendo girar entorno dela os outros componentes arquitetônicos estruturais, tais como os componentes funcionais em relação às atividades, os componentes de comportamento em relação às atividades, os componentes de comportamento em relação às práticas sociais, aquelas de materialização do espaço e aqueles de controle das condições do meio ambiente. A razão disso é, de um lado, operacional - pois os referidos instrumentos servem para a análise morfológica e, com bastante frequência, à análise claramente plástica - e de outro lado, um aspecto em predominância exigido pelo nível de abordagem perceptiva: sabe-se que a percepção dos espaços físicos é fundamentalmente tátil, sinestésica e visual (PIAGET & INHELDER, 1972; OLIVEIRA, 1977, LEWIN, 1973). A caracterização é ainda considerada como um movimento que decorre de processos cognitivos; é preciso, então, colocá-la em andamento enquanto tal. Finalmente, essa caracterização não pode se restringir a um instante, mas cobrir, no mínimo, dois pontos durante o período de tempo vital do objeto, pois, este é essencialmente dinâmico e, portanto, em transformação; a caracterização torna-se então uma linha de desenvolvimento, capaz de exprimir tendências à metamorfose dos espaços urbanos. Tome-se, no caso do Plano Piloto de Brasília, dois pontos para a caracterização em todas as categorias - o instante da concepção da cidade, concretizada no Plano e no Relatório de Lucio Costa (t_0) e outro, o momento atual, expresso concretamente no espaço da cidade (t_h). Cada categoria, entretanto, exige momentos intermediários de

análise que lhe são particulares e que deverão constituir a próxima etapa de nosso trabalho (3).

As categorias analíticas utilizadas foram desenvolvidas a partir de trabalhos teóricos e práticos empreendidos por TRIEB & SCHMIDT (4); elas buscam observar integralmente o objeto arquitetônico por meio de suas representações já consagradas no domínio da arquitetura - tais, por exemplo, o plano e as elevações - e de modo a incluir todas as escalas possíveis (dos espaços internos, menores, até o âmbito do assentamento), e, ademais, estimular a pesquisa de elementos físicos e espaciais responsáveis do referencial da imagem. Como primeira categoria analítica foi utilizada a relação biunívoca do todo com suas partes, considerando-a superior à sua somatória, a descrição do Plano Piloto de acordo com porções apresentando uma unidade temática configurativa, confrontada com aquela realizada pela equipe técnica com os resultados da pesquisa junto à população, formulou uma divisão dessa superfície em bairros mais legítima do que o código oficial de endereços em uso no qual são ignorados aspectos tais como o tipo de construção assim como a presença de elementos do meio natural, dos centros de atividades e outros, que conferem a cada bairro uma imagem particular. O todo e suas partes foram, em seguida, analisados segundo seis categorias que definiremos de forma sumária a seguir:

1) Categoria sítio físico: observa como aspectos do meio natural foram transformados pela arquitetura (urbana, no caso) e, particularmente, seu comportamento como elemento de configuração. Reúne o repertório do meio físico (relevo, vegetação, águas de superfície, luminosidade), as situações dos limites e das conexões interiores e exteriores e os efeitos à distância do assentamento (inserção da cidade como espaço - forma no contexto da paisagem de seu entorno).

2) Categoria Plano: observa o todo e suas partes como um corte horizontal, por meio dos elementos da malha (redução aos eixos das vias de circulação, descrição da natureza dessas linhas e leituras das relações geométricas e plásticas entre si), tipo de desmembramento (descrição do parcelamento do solo, seu destino e sua ocupação, tanto em termos macro - “quadra”, conjuntos de imóveis etc. como no seu interior), relação entre os cheios e os vazios (descrição das composições estabelecidas entre base e projeções dos volumes, com diferentes graus de permeabilidade e das naturezas diversas, tais como construções, árvores etc.) e das unidades morfológicas (definição plástica de categorias tais como ruas, avenidas, praças etc.).

3) Categoria Silhueta: observa o todo e suas partes como elevações ou cortes verticais no espaço, por meio dos elementos da linha de coroamento (observa o limite

superior da silhueta reduzindo-a e analisando-a como uma linha complexa), de pontuações (descreve o sistema de pontos fortes e a colocação em destaque na linha de coroamento), de linha de força (onde se exprimem linhas imaginárias de ponderação da composição plástica).

4) Categoria Tipológica das Construções: aborda questões relativas aos elementos edificados segundo suas proporções volumétricas, suas relações de predominância entre largura, altura, profundidade; elementos de composição da fachada, observada aqui em seus ritmos, centros de gravidade, eixos de simetria, relações entre aberturas e fechamentos, divisão em zonas; forma de cobertura; tipos de materiais, de cores e de texturas utilizados. Nessa categoria podem ser especificamente destacados exemplares de construções que se encaminham como bens de preservação integral que eram tradicionalmente obtidos por meio de inventários que selecionavam bens com a finalidade de sua inscrição nos monumentos históricos.

5) Categoria Estrutura Interna do Espaço: trata-se da categoria que reabilita o caráter tridimensional do espaço arquitetônico. Sua caracterização se produz percorrendo elementos tais como a largura, a profundidade, a direção, as texturas dos planos etc., e analisando suas relações geométricas (convexidade, fechamento etc.) e seus efeitos visuais (direção, alargamento etc.) constatados tomando como ponto de partida unidades morfológicas que compõem o espaço.

6) Categoria Elementos Acessórios: refere-se à análise de elementos tais como quiosques, bancos, monumentos, postes de iluminação, cartazes, placas etc.; sua importância como elementos de caracterização dos assentamentos varia conforme as situações, chegando mesmo a exercer papel fundamental. - por exemplo, quando por meio desses elementos a imagem da cidade se enfraquece.

A primeira hipótese de caracterização do Plano Piloto pode ser examinada em seguida; as tendências por categoria não podem, no entanto, fornecer automaticamente princípios de preservação, pois, elas significam, por vezes, reforços e outras vezes, enfraquecimento do referencial da imagem. Esse referencial é, por outro lado, variável durante a história de Brasília e estamos convencidos de que não existe motivo socialmente fundamentado para que seja necessário voltar integralmente à imagem prevista inicialmente por Lucio Costa. Acreditamos, verdadeiramente, que a escolha de aspectos da imagem passe por uma avaliação não apenas de seu próprio aspecto, mas de seu desempenho diante do processo urbano como cotidiano e como desenvolvimento, questão que compreende obrigatoriamente, todos esses aspectos. Em outros termos, trata-se de uma união entre trabalhos / posturas de preservação

histórica, artística e cultural e de planejamento geral do futuro das cidades. Finalmente, trata-se de escolhas éticas das quais os diversos segmentos sociais não podem mais ser dispensados.

Nesse sentido, a hipótese de caracterização da área do Plano Piloto deverá ser imediatamente divulgada em linguagens apropriadas aos diversos segmentos de idade e de camada social que compõem a população do Distrito Federal e que aí têm vínculos. Essa ação tem por finalidade desencadear um movimento intenso de discussão e dar retornos que levem à formulação de um conjunto de medidas de preservação do Plano Piloto de Brasília.

NOTAS

- (1) As bases teóricas de tais princípios compreendem a discussão da Arquitetura como campo acadêmico; encontram-se *in* FARRET, R. *et al.* *O espaço da cidade - Contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto Ed., 1985.
- (2) Ver sobre este assunto: VIANNA, M. *Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília, junto à população do Distrito Federal*.
- (3) Ver sobre este assunto: BARBOSA, Y. *O processo de sedimentação histórica do Plano Piloto de Brasília*.
- (4) Cf. sobre este assunto, bibliografia incluída: KOHLSDORF, M.E.: *Manual das Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano*, mimeografado, UnB, URB, 1980 e 1984.

ESTUDO PARA A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL DO DISTRITO FEDERAL

Eurico João Salviati, arquiteto

Apresentação

Este artigo é o resumo de um estudo realizado a pedido do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. Agradecemos especialmente a Paulo Jorge Rosa Carneiro, geólogo, cuja tese de doutorado nos trouxe elementos preciosos. No trabalho original aspectos da flora foram tratados por Benedito Alísio da Silva Pereira e por Tarcisio de Souza Filgueiras. O capítulo “propostas para um sistema de áreas preservadas” teve por base Dias, B.F.S.; Negret, A.J.; Oliveira, A.R.M.; Usos e Ecologia do Lago Paranoá, Brasília, Novacap e Dias, B.F.S.; Negret, A.J.; Pereira, B.A.S. Proposta de Novas Áreas de Proteção Ecológica do Distrito Federal, Brasília, DNPE-SUPREN-FIBGE. Também tivemos para a pesquisa o apoio de Dulce Mourão Sabino Rodrigues, arquiteta, assim como a colaboração de Claudia Maria Matos Araujo, Regina Cândida Naves, Suzana Paschoali de Almeida e Elenice Maranesi, arquitetas.

Introdução

Um dos principais motivos que justificam a preocupação com a preservação da paisagem da região do Distrito Federal é devido à particularidade de sua localização na paisagem brasileira e regional. Essa escolha foi fruto de uma série de estudos realizados em diferentes épocas e que atingiram seu ápice com a criação de Brasília, que se situa na convergência das bacias do Amazonas, do Prata e do São Francisco, que constituem unidades geográficas diferenciadas, cada uma delas dotada de aspectos físicos e bióticos particulares. Além disso, essa região pertence à área considerada o *core* do cerrado, porção central de um complexo de vegetação bem característica que ocupa cerca de um quarto da superfície do território brasileiro. Parece evidente que haja interesse em possuir testemunhos preservados dessas três regiões no Distrito Federal, e, além disso, parcelas de meio ambiente típicas do cerrado, assegurando a proteção dos processos vitais de seus seres vivos. Além disso, a justaposição de áreas de paisagem natural e cultural, que de certo modo já é característica de Brasília, é bastante enriquecedora tanto em termos ambientais quanto em termos culturais.

Outra característica que torna vital a preocupação em relação à paisagem natural da região, seja na escala de seu principal núcleo urbano - o Plano Piloto - seja no que se refere à sua área metropolitana, formada por esse núcleo e suas cidades satélites, está relacionada com o tipo de estrutura urbana implantada na região. Essa estrutura - inversamente ao que ocorre nas cidades brasileiras tradicionais - incorpora grandes quantidades de espaços livres abertos, trazendo ao interior da malha urbana porções do espaço natural, por vezes, bem pouco perturbados, o que pode certamente ser designado como uma característica própria à cidade, e também muito desejável no tocante à possibilidade de convivibilidade próxima da população com o espaço natural da região.

Ainda que essa estrutura urbana tenha sido muito criticada, devido à dispersão espacial das atividades, seccionadas por constantes rupturas do espaço funcional, com a setorização em ilhas - o que prejudica sensivelmente a concentração e a superposição de funções e de atividades - característica essencial do meio urbano. Não é possível deixar de manter o compromisso de conservar a presença do espaço livre no meio urbano, contribuindo para um melhor controle climático e do meio

circundante, proporcionando, ao mesmo tempo, opções de recreação e de lazer estreitamente ligadas à paisagem natural. É preciso, entretanto, eliminar as ambiguidades, pela categorização do espaço livre, pela definição clara de suas diversas funções, equipando e estabelecendo a circulação adequada, criando e fazendo respeitar as normas de controle no âmbito dos princípios da conservação.

Este trabalho é fruto de uma preocupação por parte do Grupo de Trabalho do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, no sentido de proceder à análise da questão da preservação da paisagem do Distrito Federal. Mais que o interesse em relação ao espaço natural complementar aos monumentos históricos ou com os aspectos visuais da paisagem natural, se traduzindo por um esforço de preservação das parcelas com maior valor cênico - temas que à primeira vista podem parecer mais identificados com as atribuições de um organismo destinado à preservação do patrimônio histórico e cultural - este trabalho se apresenta com a preocupação de tomar como ponto de referência um conceito de paisagem natural tal que, ao incorporar preocupações relativas aos aspectos visuais, não deixa de lado considerações sobre seus aspectos físicos e bióticos identificando-se desse modo com a paisagem natural considerada em todos seus múltiplos aspectos, com a ideia de um patrimônio do mais alto significado e da mais alta importância cultural.

1. As unidades paisagísticas do Distrito Federal

A paisagem da região de Brasília é composta de três tipos de unidades principais. As chapadas representam o traço dominante da paisagem da região: constituem superfícies muito planas situadas em vários níveis, com diferença máxima de altitude de 200 metros. Testemunhos da ação de antigos ciclos geomorfológicos essas chapadas sofreram processos lentos de erosão, seguidos de erguimentos da massa continental, dando nascimento às plataformas situadas nos pontos mais elevados da paisagem. Dominando a região, com altitudes de mais de 1.200 metros, a Chapada de Contagem é o testemunho mais significativo desses ciclos, que modelaram o que foi denominado "Superfície Sul-Americana", produzindo o mais perfeito nivelamento encontrado no Brasil, que aplainou indistintamente diferentes tipos de substratos rochosos, superfície que apresenta ainda hoje inúmeras parcelas testemunhos. Um traço comum a essas chapadas é a presença de uma camada de detritos formada por concreções ferruginosas, que correspondem a verdadeiras carapaças pedregosas sob o solo.

As duas outras unidades de relevo estão relacionadas com ciclos geomorfológicos posteriores aos que deram origem ao planalto. Durante esses ciclos, as superfícies planas das chapadas, que, originalmente, se estendiam sobre toda a região foram gradualmente erodidas expondo o embasamento rochoso. O subsolo da região está formado de séries complexas de estratos que se depositaram em diferentes etapas sobre o embasamento cristalino que pertence ao maciço goiano-mato-grossense. Seus sedimentos foram parcialmente metamorfisados, dobrados intensamente e fraturados, como resultado da ação de uma série de eventos orogenéticos que ocorreram em diferentes épocas. Entre esses dois últimos ciclos, o mais antigo está relacionado a três bacias: do Descoberto, do São Bartolomeu e do Maranhão. Os processos de modificação da paisagem são semelhantes nos três casos, o resultado variando em função, sobretudo, das litologias que são atingidas em cada um dos casos.

O relevo resultante do ciclo de erosão mais recente, que inclui a depressão do Paranoá e a da bacia do rio Preto, se apresenta levemente ondulada e com fraca declividade, resultado da ação da drenagem sobre um substrato formado principalmente de ardósias, onde são frequentes placas de quartzito que sustentam os pontos mais acidentados dessa unidade.

O mapa apresentado na ilustração 106 apresenta os tipos de paisagem da região de Brasília, e foi adaptado de um trabalho realizado, em 1983, por Paulo Jorge Rosa Carneiro, geólogo. Com a ajuda da teledetecção o autor realizou um inventário dos diversos aspectos físicos, buscando sintetizá-los em uma visão integrada que nos é apresentada pela categorização da paisagem da região em tipos de paisagens diferenciadas. Assim, as áreas dos terrenos pertencendo a uma mesma unidade de paisagem teriam grande similitude no que se refere aos diferentes aspectos da paisagem, que, por sua vez, seria caracterizada pelo conjunto de seus aspectos interdependentes.

Tomando por base essa metodologia de trabalho, os principais tipos de paisagens encontradas no Distrito Federal são as seguintes:

1 - A Depressão do Paranoá: uma superfície de cerca 576 km², ou seja, 10,5% da superfície do Distrito Federal e ocupando a parte mais baixa da bacia do Paranoá, se estende da cota 1.000 (Lago Paranoá) até a cota 1.100, atingindo em determinados pontos a cota 1.150; compreende em seus limites o Plano Piloto de Brasília, o Lago Paranoá, a cidade satélite do Guará, o Setor de Mansões Park Way e uma parte significativa do Parque Nacional de Brasília. Com declividades de 8% no máximo, tem

a forma de uma estrutura em domo trabalhada pela erosão e possui uma drenagem fluvial que corre na periferia em trajetórias curvas em direção ao Lago Paranoá. Essa drenagem é formada pelos ribeirões do Torto e do Bananal, ao norte, e pelo Riacho Fundo e o Córrego Vicente Pires, ao sul.

Ocupando níveis intermediários da paisagem em modelados suaves e ligeiramente inclinados na sua maior parte para o Oriente, os terrenos dessa unidade fornecem, além de boa drenagem, boa insolação e ventilação moderada, com panoramas amplos e variados, o que não ocorre no interior dos terrenos aplainados das chapadas. Com tais características esse sítio é ideal para a urbanização, motivo da sua escolha para situar o Plano Piloto de Brasília, cuja implantação soube aproveitar ao máximo a conformação particular do terreno e, especialmente, o cenário formado pelo Lago Paranoá.

2 - As chapadas no entorno do Paranoá: essa seção da paisagem assemelha-se bastante à da seção descrita anteriormente e, como ela, é pouco acidentada, com declives máximos de 8% e altitudes médias em torno de 1.200 metros. Com uma área de cerca de 1.300 km², ocupa 24% da superfície do Distrito Federal e é caracterizada por um relevo muito plano, dominando a paisagem da região e com seu ponto culminante o Pico do Roncador, a 1.249 metros de altitude. A área descrita tem a forma de um anel que circunda a depressão do Paranoá, constituindo para um observador situado no seu interior um limite visual limpo situado levemente acima da linha do horizonte, que funciona como painel de fundo para todas as vistas mais amplas dirigidas para fora dessa área central.

A ocupação mais significativa dessas áreas de chapada, sobretudo na sua porção sudoeste, é representada pelas cidades-satélites de Taguatinga e Ceilândia e mais ao sul, pela cidade do Gama. Essa localização foi condicionada pela facilidade para a implantação da rede de esgoto dos assentamentos, que podem assim ser lançados fora da bacia do Paranoá, evitando soluções mais complexas e mais onerosas. Todavia, a localização dessas cidades-satélites foi criticada por diversos motivos, especialmente pela distância do Plano Piloto onde se encontram a maioria dos empregos e serviços da região.

3 - O vale do rio São Bartolomeu: bastante diferente das duas unidades anteriormente descritas, a região do vale do rio São Bartolomeu aparece como uma área onde o efeito da erosão natural foi suficiente para desmontar completamente o terreno que cobria a superfície atual, varrendo qualquer vestígio das antigas chapadas que eram

ligadas sem solução de continuidade com as que existem ainda hoje, restando apenas como testemunho algumas encostas arredondadas cobertas de laterita.

A paisagem visual mostra claramente a diferença indicada, pois em substituição às superfícies planas, levemente onduladas ou com declives suaves, observa-se uma região relativamente acidentada, coberta de colinas tomadas em grande parte por uma vegetação natural de campinas, caracterizando o fato que o solo não se desenvolveu além da camada superficial. No Distrito Federal, essa área ocupa uma extensão de cerca de 570 km², ou seja, 10% de sua área total.

4 - O vale do rio Preto: o vale do rio Preto, no interior do Distrito Federal, representa uma paisagem que parece visualmente intermediária entre a paisagem das chapadas e a do vale do São Bartolomeu. Suas maiores altitudes atingem cerca de 1.000 metros e diminuem gradualmente para leste, em direção ao vale de escoamento do rio Preto, onde pode alcançar de 800 a 850 metros, nas proximidades do curso d'água. Sua extensão é de cerca de 1.280 km² (23% do Distrito Federal) e ocupa a leste do Estado toda a faixa de terreno que é pouco acidentada com declives que não ultrapassam 8%.

Essa unidade, que cobre quase um quarto da superfície do Distrito Federal, está destinada em praticamente toda sua extensão à exploração agrícola e à pecuária, atividade que deslanchou com a criação de aglomerações rurais de Tabatinga e do rio Preto, no início da ocupação de Brasília.

5 - O vale do rio Maranhão: entre as três unidades de paisagem mais modeladas pela erosão natural agindo sobre os terrenos das chapadas do Distrito Federal, a mais surpreendente é, sem dúvida, a do vale do rio Maranhão próximo ao limite norte do Estado. Visualmente é a paisagem mais atraente da região, devido ao movimento acentuado de seu relevo e à variedade paisagística de tipos de vegetação. Da mesma forma que a bacia do rio São Bartolomeu, constitui um exemplo de paisagem renovada, onde a erosão desmontou o relevo primitivo de chapada e escavou seu embasamento rochoso que foi lentamente esculpido pelas águas pluviais, formando uma profusão de sulcos estreitos e profundos, que são a tônica de um relevo complexo e movimentado, com declividades variando de 20 a 45% e altitudes de pouco mais de 1.000 metros a menos de 800. Todavia, a porção da área drenada pelo rio Maranhão, tributária da bacia Amazônica no Distrito Federal, é relativamente pequena, não ultrapassando 370 km², o que representa apenas 7% de sua área total.

6 - O vale interno do Descoberto: é a última das três unidades de paisagem geomorfologicamente similares, formadas pela ação da erosão natural nas chapadas do Distrito Federal, entre as quais já foram descritas as dos vales do rio São Bartolomeu e do rio Maranhão. Situa-se em altitudes que vão de 800 a 1.000 metros, e tem declividades que variam de 8 a 20%. Apesar de suas semelhanças em vários aspectos, esta unidade destaca-se das duas outras no que se refere ao substrato geológico, considerando que esta parte está separada do restante do Distrito Federal por uma falha geológica situada no sudoeste do Estado.

Essa porção de paisagem ocupa, da mesma forma que a da bacia do Maranhão, uma superfície bem restrita em relação à área do Distrito Federal (400 km², ou seja, 7,5% do total), de modo que sua importância reside mais na singularidade que a distingue das outras unidades.

II - A ocupação da paisagem do Distrito Federal

Antes da construção de Brasília, a região onde se situa o Distrito Federal pertencia aos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa do Estado de Goiás, e eram ocupadas por grandes propriedades de criação de gado zebu para corte. A agricultura era restrita a pequenas culturas de subsistência e é uma prática corrente o uso de queimadas para a formação de pastagem ou para a semeadura das culturas, que eram feitas em solos de floresta, sobre as cinzas, deixando a vegetação renascer após algumas colheitas; procedimento repetido até o esgotamento do solo. As cidades mais importantes eram Brazlândia e Planaltina, as duas situadas nas porções relativamente elevadas da paisagem sobre suaves depressões das áreas de chapada.

Em 1955, a Comissão de Localização da Nova Capital aprovou a escolha do sítio denominado Sítio Castanho, localizado a cerca de trinta quilômetros a sudoeste da cidade de Planaltina e escolheu entre as cinco áreas de 1.000 km² cada uma, selecionadas pela firma americana Donald B. Belcher, contratada para estudar a localização da nova capital. No seu relatório essas áreas haviam sido designadas por diferentes cores.

Em 1956, o presidente da República envia ao Congresso Nacional um projeto de lei fixando a área do novo Distrito Federal e autorizando o Executivo organizar uma sociedade acionária, a Companhia de Urbanização da Nova Capital (Novacap) a quem cabiam todos os encargos relativos à construção de Brasília. Em setembro desse

mesmo ano, a Comissão para o Planejamento e a Transferência da Capital lança o concurso para o Plano Piloto da cidade.

O plano vencedor de Lucio Costa propunha uma implantação calcada na ideia das cidades-jardins da Inglaterra do início de século, além da forte inspiração nos trabalhos de Le Corbusier, especialmente nos “Une Ville Contemporaine”, de 1922, e “Ville Radieuse”, de 1935. Concebida como um objeto arquitetônico completo, cercado por um cinturão verde, de modo a garantir sua identidade, planejada como um imenso parque, onde os imóveis apareciam como unidades isoladas, a cidade constitui um marco urbanístico dos anos 50, 60. Situada um pouco acima da cota do Lago Paranoá, ela ocupa um terreno dos mais favoráveis à urbanização no interior do Distrito Federal.

Ao longo dos anos, a ideia primitiva de Lucio Costa de ter o Plano Piloto isolado por um cinturão verde, para além do qual se ergueriam as cidades satélites unidas ao núcleo central apenas por rodovia, revelou-se difícil de manter. Essa concepção, impregnada de forte caráter simbólico, enfatizada, além disso, por motivos relacionados ao meio ambiente, uma vez consideradas as limitações de ordem técnica e financeira para a disposição final da rede de esgotos na bacia do Paranoá, chocou-se com outros motivos de ordem prática.

Dessa forma, desde o início da construção de Brasília, inúmeros acampamentos de empresas construtoras ou de assentamentos provisórios independentes ocuparam, devido à necessidade de proximidade dos canteiros de obras, diferentes áreas dentro do que deveria ser o “cinturão verde”. Alguns desses assentamentos se tornaram definitivos, tais como a “Cidade Livre”, criada em 1957, hoje transformada em cidade-satélite muito povoada: o “Núcleo Bandeirante”. Outras não tiveram a mesma sorte, pois em 1958, o governo começou a transferir grande parte da população que se distribuía nesses assentamentos espontâneos em volta do Plano Piloto, para aglomerações distantes, depois dos limites da bacia do Paranoá, localizando-os em região de chapadas. Foi assim que em 1958 surgiu Taguatinga, criada a 15 km do Plano Piloto; a cidade do Gama, criada em 1960; bem mais distante, Sobradinho, criada no mesmo ano que Ceilândia, aglomerações com precárias condições criadas em 1971.

Apesar dos esforços permanentes por parte do governo de transferir a população considerada “excedentária” das áreas internas da bacia do Paranoá, a tendência de ocupar os vazios mais próximos ao Plano Piloto é muito forte. A ocupação de determinadas porções da depressão do Paranoá, especialmente no corredor de ligação entre o Plano Piloto - Guará - Taguatinga, não pode ser deixada

de lado, dependendo evidentemente de solução apropriada para a implantação da rede de esgotos.

As atividades agrárias no Distrito Federal se produzem quase integralmente em áreas que foram desapropriadas pelo governo, desmembradas em lotes arrendados na intenção de produzir os bens necessários ao abastecimento do mercado consumidor surgido com a criação de Brasília. Encontram-se, sobretudo no vale do rio Preto, onde estão situadas as terras mais adequadas à exploração agrícola e nas porções um pouco mais baixas das chapadas, a oeste do Estado, principalmente no Distrito de Colonização Alexandre de Gusmão, próximo ao lago de retenção do Descoberto.

No que se refere às áreas de reserva, as principais são o Parque Nacional de Brasília, a Reserva Biológica de Águas Emendadas, a Reserva Biológica do IBGE e a Reserva Cabeça de Veado. O Parque Nacional de Brasília foi criado em 1961, com uma superfície de 27.000 hectares e depende do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal. Possui uma fauna rica e representativa do Planalto Central, ainda que suas dimensões sejam insuficientes para abrigar uma fauna de grande porte.

A Reserva Biológica de Águas Emendadas foi criada em 1968. Com 3.850 hectares ela se situa no divisor das bacias do rio São Francisco e do Amazonas, recebendo seu nome devido à presença de uma “vereda” cujas águas correm para as duas bacias. Depende da Fundação Zoobotânica e possui apenas uma pequena parcela da área cercada, considerando que a maior parte da área correspondente ao decreto não foi desapropriada.

As duas outras áreas são reservas bem menores, servindo a primeira para pesquisas (IBGE), enquanto a Reserva Cabeça de Veado, que depende da Fundação Zoobotânica, foi recentemente destinada ao Jardim Botânico do Distrito Federal.

III - A preservação da paisagem natural

Entre os objetivos a serem atingidos pelas ações para a preservação da paisagem natural, podemos citar como as mais importantes: a preservação dos recursos naturais, a preservação dos testemunhos de paisagem e a manutenção da identidade da paisagem.

III. 1 - A preservação dos recursos naturais

Entre as diferentes categorias de problemas relativas à preservação da paisagem, a maioria refere-se à proteção dos recursos naturais. Para ocupar o território ela deve estender-se com base nas características naturais das diferentes porções que compõem a paisagem, conhecendo e respeitando suas particularidades de modo a ter como resultado uma boa qualidade ambiental com um custo de gestão compatível com recursos limitados e frequentemente insuficientes.

A ocupação do solo no Distrito Federal, que inicialmente aconteceu em um nível razoável de compatibilidade com as características da paisagem, tende a explodir a partir do momento em que foi tomada uma série de decisões não articuladas com a finalidade de acomodar o próprio desenvolvimento, ou quando alguns usos do solo são tolerados sem que se disponha de um código geral de princípios sobre as questões ambientais. Além disso, a ausência de um organismo responsável pela coordenação e controle da política ambiental, a fragmentação das atribuições entre diferentes organismos que tratam desse problema, o fato de que cada um deles seja responsável por uma parte determinada, impossibilita uma ação conjunta no que se refere à preservação da paisagem e de seus recursos naturais, frustrando a possibilidade de que tais ações se apoiem em um trabalho permanente de avaliação conjunta da evolução e da resposta da paisagem às formas de ocupação que lhe são impostas.

Dessa maneira, em vez de aplicar uma legislação genérica, por meio de inúmeras agências isoladas, a preservação ambiental e, mais especificamente, a proteção dos recursos naturais deve ter por base instrumentos que se refiram a situações concretas e específicas, fundamentados em planos e zoneamentos realizados tomando por base inventários da paisagem, elaborados e aplicados sob o controle de organismos locais. Ademais, a participação direta das comunidades locais por meio das associações, das escolas e outras instituições é essencial para a formação de uma consciência social referente à preservação do meio ambiente, de modo a poder influenciar substancialmente os planos e os programas governamentais locais.

III. 2 - A preservação dos testemunhos de paisagem

Um segundo objetivo importante da preservação da natureza refere-se aos testemunhos de paisagem. Quando se trata da preservação da paisagem como um

todo, o objetivo primordial é o uso sustentável dos recursos naturais, sua renovação e regeneração tendo sido asseguradas, estendendo assim sua utilização às gerações futuras.

Existe, contudo, sítios e aspectos da paisagem natural: aspectos da geologia, da geomorfologia, a presença de água, de meios que abrigam a flora e a fauna típicas da região, locais de abrigo de espécies raras ou em vias de extinção, que devem ser preservados como testemunhos da evolução natural da paisagem regional e, portanto, mantidos de modo a conservar ao máximo as relações entre os seres vivos e entre estes e seu meio ambiente.

Especialmente para uma região onde o conhecimento da flora e da fauna pode ser considerado ainda em seu início - como é o caso do cerrado - para o qual ainda não existem inventários completos das espécies, avaliação das comunidades, e outras informações fundamentais, a preocupação em preservar o maior número de meios naturais significativos é importante para assegurar a sobrevivência da maior quantidade possível de indivíduos, cujas espécies estão frequentemente ameaçadas de extinção ou ainda que se tornem raras rapidamente, em função do processo de ocupação da região.

A garantia de preservação dos testemunhos de paisagem implica, sobretudo, o estabelecimento de um sistema de reservas que inclua os diferentes tipos de paisagens e, dentro destas, os diferentes meios ecológicos. Para a constituição de tal sistema podem concorrer tipos diferentes de áreas e é fundamental que existam reservas naturais e biológicas, unidades que, a fim de respeitar os objetivos da preservação devem contar com uma situação jurídica definida por meio de uma legislação competente, de uma situação fundiária regularizada por compra ou desapropriação; que disponham de sua própria administração, com a alocação de recursos humanos e financeiros suficientes para cercar e manter intacta a área sob controle.

III.3 - A manutenção da identidade da paisagem

Finalmente, o terceiro critério que deve ser considerado como orientador das ações tendo por finalidade a preservação das espécies naturais da região refere-se à manutenção da identidade da paisagem. No caso de Brasília, a paisagem natural possui traços particulares, visualmente identificáveis, que os distinguem claramente daqueles constatados em outras regiões, estando principalmente marcados pela

horizontalidade dos planos de suas chapadas, pela declividade pouco pronunciada dos terrenos rebaixados que ocupam níveis intermediários e pelos terrenos montanhosos situados em áreas de cotas inferiores. Nessas paisagens, a vegetação representada, sobretudo, pelas campinas naturais, o cerrado constitui o aspecto visual que distingue e melhor identifica a região.

Vegetação e relevo são traços suscetíveis de alterações radicais especialmente em terrenos que se prestam com facilidade à ocupação, que frequentemente é feita sem a preocupação de conservar tais aspectos e tendem a enfraquecer ou a eliminar traços singulares que aparecem como elementos de identificação da paisagem natural, resultando em uma perda profunda de seus caracteres.

IV. Uma política ambiental para o Distrito Federal

A prática de estabelecer normas visando controlar a utilização dos recursos é bastante antiga. Inicialmente foram regulamentadas as relações entre indivíduos no que se refere a seus direitos de apropriação dos recursos naturais. O crescimento das populações e o desenvolvimento dos assentamentos humanos levaram à elaboração de normas para o controle específico do uso da água, do solo, do subsolo, da vegetação, da fauna, o que constitui ainda hoje a base de nossa legislação atual. Atualmente, a maior compreensão do extremo grau de interdependência dos recursos naturais deu nascimento, no mundo inteiro, a dispositivos visando à unificação do controle ambiental e, além disso, à criação de organismos encarregados exclusivamente do estabelecimento de políticas ambientais.

No Brasil, a criação da Secretaria Especial para o Meio Ambiente (SEMA), em 1973, marca o início de um esforço no sentido de maior coerência na abordagem dos problemas ambientais. A criação de empresas nos estados da federação para o controle ambiental desde essa época, tendo às vezes por base a ampliação dos objetivos de organismos já existentes, sobretudo aqueles destinados ao saneamento básico e ao abastecimento de água, ou ainda originários da fusão de diferentes organismos com atividades aparentadas, favoreceu a implantação de um acompanhamento mais adequado das condições ambientais em nível local. Além disso, o surgimento em todo o país de grande número de associações e de instituições dedicadas à defesa do meio ambiente dá a medida do interesse de participação da

população nas questões ambientais, cuja gestão não pode permanecer exclusivamente circunscrita à área governamental.

No Distrito Federal, a proteção do meio ambiente está ainda começando, pois ela é exercida de modo não articulado por diferentes organismos que dispõem de atribuições específicas. A organização e a coordenação das diferentes ações ressentem-se com isso. É possível que a ausência de problemas ambientais mais graves, tais como aqueles de regiões mais povoadas como inundações, deslizamentos de terras, poluição atmosférica, somados à relativa ausência de atividades industriais com importantes implicações para o meio ambiente, tenha contribuído para essa omissão do poder público. Não podemos, no tanto, esquecer que numerosos problemas ambientais da região de Brasília exigem ação concertada e permanente do governo local, o que só poderá ser concretizado pela criação de um sistema de proteção ambiental orientado por um organismo específico sob a alçada do Governo do Distrito Federal.

Ainda que seja difícil estabelecer corretamente a forma ideal que deverá ter um organismo de controle do meio ambiente para o Distrito Federal, pode-se dizer que seria desejável que esse organismo pudesse somar a flexibilidade e a autonomia de uma fundação ou de uma empresa pública, estando ao mesmo tempo aberto à participação efetiva da coletividade e a outros setores do próprio governo, interessados também na preservação do meio ambiente.

V. Proposta de um sistema de áreas preservadas

A situação particular de Brasília, situada na confluência de três importantes bacias sul-americanas: a do Amazonas, do rio da Prata e do São Francisco, no centro da área nuclear da grande biocenose do cerrado, confere à sua flora e fauna uma riqueza e uma variedade fora do comum. A diversidade geológica e topográfica da região e a elevada densidade de nascentes e de cursos d'água favorecem a variedade de ecossistemas e de habitats, formando um mosaico onde estão emaranhados diferentes tipos de comunidades abrigando flora e fauna de grande complexidade.

Considerando igualmente que o cerrado é um ecossistema de grande valor ecológico - pois aparece unicamente no Brasil - e, considerando também que se tornou ao longo das últimas décadas uma nova fronteira agrícola brasileira, o estabelecimento de áreas de preservação é muito urgente. O Distrito Federal, por sua condição de sede do Governo Federal e de polo científico e cultural, deve servir de

exemplo aos demais estados da federação no que se refere à preservação dos testemunhos desse raro patrimônio ambiental.

Cerca de 27% da superfície do Distrito Federal ainda estão cobertos de vegetação nativa e pouco ocupado. Neste trabalho, propomos que um terço dessas áreas sejam declaradas de preservação ambiental e desapropriadas quando necessário e transformadas em reservas biológicas. Assim, o Distrito Federal que conta hoje apenas com 6% de áreas preservadas passaria a ter 17%.

Para a seleção dessas áreas tivemos o cuidado, sempre que possível de observar áreas não perturbadas, excepcionais pela quantidade e qualidade de seus aspectos físicos e bióticos representativos em relação aos diferentes tipos de paisagem e pertencendo, de preferência, aos poderes públicos. De acordo com uma ordem de prioridades que considera os critérios citados, as proposições podem ser enumeradas como segue:

1 - Área das bacias dos córregos Gama e Cabeça de Veado: ela é constituída por um conjunto de áreas pertencendo a diferentes instituições, com uma superfície total de cerca de 11.000 hectares de um terreno coberto de vegetação nativa, com água pura e rica fauna, cercada de áreas urbanas e suburbanas. Essa região possui grande diversidade de tipos de comunidades que formam um mosaico complexo de “cerrados”, “cerradões”, campinas naturais, pântanos, matas de galerias e veredas de buritis. Abriga várias espécies de fauna em via de extinção, tais como o lobo-guará, o tatu-canastra, tamanduá-bandeira, o veado-campeiro, além de numerosas espécies raras.

Por suas características essa área é de grande importância para pesquisas ecológicas, florestais e recursos naturais renováveis, pois nela trabalham várias instituições: a Universidade de Brasília que, desde 1960, desenvolve nessa região pesquisas ecológicas, intensificadas a partir de 1975 com a criação de um mestrado em Ecologia; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que criou, em 1975, sua Reserva Ecológica onde desenvolve pesquisas intensivas sobre a estrutura e a dinâmica das comunidades naturais, sobre os recursos vegetais e animais; a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal desenvolve na Estação Florestal Cabeça de Veado pesquisas sobre os recursos das florestas e sobre a adaptação das espécies exóticas. Essas pesquisas devem ser intensificadas graças à recente criação do Jardim Botânico de Brasília. Trata-se do lugar em todo o Brasil Central onde se desenvolvem os mais intensivos estudos sobre a ecologia do cerrado.

Não obstante, essas três reservas estão espalhadas em pequenas áreas, ainda preservadas, mas com destinações diversas. É preciso, então, assegurar a preservação dessas porções proibindo qualquer tipo de uso declarando-as áreas de preservação ecológica e colocando-as sob o controle de organismos que possam efetivamente garantir sua proteção. Propomos o desenvolvimento de um programa concertado de gestão ecológica em regime de cooperação, reunindo a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Universidade de Brasília.

2 - Áreas ligadas ao Lago Paranoá: as condições ambientais particulares encontradas nas embocaduras dos rios determinam a grande riqueza que é característica desses importantes e complexos ecossistemas. Grande parte da matéria orgânica carregada pelo rio é depositada, formando um substrato rico no qual se desenvolvem comunidades vivas variadas.

Os estuários que se formam nas águas estagnadas, caso do Lago Paranoá, constituem verdadeiras matrizes da bacia hidrológica: a grande produtividade primária de fitoplâncton e zooplâncton constitui a base das cadeias tróficas que mantêm a vida animal de toda a bacia. Essas condições determinam a presença de pássaros e de peixes que buscam o local para reprodução. A sobrevivência é igualmente favorecida pela colonização de plantas aquáticas e marginais, que se desenvolvem muito rapidamente nos estuários, contrariamente ao que ocorre nas margens do lago onde esse processo é muito lento.

No caso do Lago Paranoá, seus cursos d'água formam estuários importantes que representam, atualmente, mesmo sem proteção, os últimos refúgios de vida silvestre da área urbana de Brasília. A fauna, especialmente de pássaros, que constituem a classe que melhor se aclimatou no lago, representa um recurso natural de valor como atração turística, de lazer e de educação. Um recente inventário dos pássaros encontrados em torno do Lago Paranoá enumerou 150 espécies entre as quais a garça-branca, patos, grou, quero-quero, martim-pescador e outras e mesmo espécies de grande valor científico, sobretudo espécies de pássaros migratórios da família Scolapacidae, quero-queros e maçaricos que fogem dos rigores do inverno do hemisfério norte em busca de melhores condições de sobrevivência no continente sul-americano. Eles precisam de áreas como a do Lago Paranoá para se alimentar e descansar ao longo do trajeto.

O que propomos para esses estuários é que sejam reconhecidos e legalizados como áreas de refúgio de vida silvestre, delimitando locais específicos para sua

proteção, recuperando as matas em ambas as margens e criando, ao mesmo tempo, pontos de atração próximos, abertos ao público, especialmente equipados para permitir a observação da paisagem e da fauna.

Essa proposta é completada pela proteção da totalidade das matas de galeria às margens dos cursos d'água tributários do lago e a proteção da faixa de terra escarpada que limita a chapada imediatamente a leste do Lago Paranoá (Lago Norte).

3. - Áreas da bacia do rio Maranhão: a região norte do Distrito Federal se caracteriza por seu relevo bastante montanhoso, onde frequentemente afloram rochas calcárias, produzindo solos favoráveis à formação de uma vegetação exuberante de florestas com folhas caducas onde estão presentes espécies tais como o bombax, o angico (família das leguminosas mimosáceas), a aroeira (família das terebintáceas) e cactos. Essas porções estão entremeadas de faixas de cerrado e de campinas naturais, constituindo uma paisagem extraordinária e única na região de Brasília. A heterogeneidade desses ecossistemas nas áreas calcárias, com topografia complexa e vegetação exuberante assegura recursos alimentares e abrigos para uma fauna diversificada onde aparecem mamíferos de grande porte, como a onça-pintada, a pantera, os porcos selvagens, o lobo-guará e o tatu-canastra. Entre os pássaros, espécies típicas da região amazônica como a arara-vermelha, o mutum e a preitica.

Essa paisagem montanhosa é coroada em altitude pelo relevo plano das chapadas, cobertas de cerrados e de campinas rupestres cujos declives apresentam grande interesse para a preservação, por suas inúmeras nascentes e pela profusão de florestas de galerias que nela se formam. Apesar de sua importância as campinas rupestres e as florestas de folhas caducas não aparecem em nenhuma das atuais reservas do Distrito Federal.

Duas áreas de chapada estão propostas para reserva nesta região: uma parte da Chapada de Sobradinho, cerca de 8.000 hectares e outra parte da Chapada da Contagem, de 10.000 hectares, ao lado do Parque Nacional de Brasília. Uma terceira área, de cerca de 8.000 hectares, reúne o que há de mais típico na parte de paisagem montanhosa do vale do Maranhão, denominado Buracão; ela também está sendo proposta como área de preservação. Essa área já foi reivindicada anteriormente para sua incorporação ao Parque Nacional de Brasília, por ocasião de sua implantação.

4 - Outras áreas de reserva: além dessas já mencionadas, três outras áreas são propostas de modo a favorecer duas outras unidades paisagísticas para as quais não

existem atualmente reservas. Duas dessas áreas estão situadas no Vale do rio São Bartolomeu e a terceira pertence ao vale inferior do rio Descoberto.

5 - Visando valorizar e maximizar a área efetivamente preservada das três grandes áreas preservadas do Distrito Federal (a reserva principal constituída pelo Parque Nacional de Brasília, à qual seriam anexadas as áreas propostas do Buracão e da Chapada de Contagem; e duas reservas secundárias: a Reserva Biológica de Águas Emendadas assim como a área proposta da Chapada de Sobradinho, e a Área Proposta de Preservação Concertada das Bacias do Gama e Cabeça de Veado), propomos o estabelecimento de uma zona tampão em volta dessas três áreas a fim de disciplinar o uso do solo de modo a evitar a ocupação das áreas contíguas às reservas por atividades prejudiciais ao objetivo de preservação de ecossistemas completos e naturais sem interferências antrópicas. As outras áreas propostas e já existentes desempenhariam papel complementar às três maiores reservas citadas acima.

VI - Um plano de parques para Brasília

Podemos dizer que a cidade de Brasília foi integralmente concebida segundo a ideia de constituir um grande parque, onde os imóveis surgiriam como elementos isolados em uma área verde contínua. Todavia, a quantidade excessiva de áreas livres, tornando difícil sua manutenção e, sobretudo, a ausência de um contraste mais definido entre as áreas verdes e as áreas urbanas levou ao abandono da ideia do parque tradicional, que é encontrado somente em algumas raras áreas que se diferenciam do conjunto por sua localização e tratamento paisagístico, tal como o espaço entre a Torre de Televisão e a Estação Rodoviária, misto de praça e de parque, uma das raras áreas tratadas próximo do Lago Paranoá, o Jardim Zoológico e o Parque da Cidade. Enquanto esses espaços são verdadeiramente utilizados como seria um parque tradicional, o espaço entre os imóveis da área urbana do Plano Piloto funciona mais como elemento visual e de amenização climática das áreas construídas, abrigando pouquíssimas atividades recreativas e de lazer.

A distribuição dos parques nas cidades, quase sem exceção, dão um lugar privilegiado às áreas urbanas onde vivem as populações de maior renda. É um fato facilmente constatável nas cidades brasileiras e, no caso de Brasília, esse modelo se reproduz: as cidades-satélites onde atualmente vive o maior percentual da população do Distrito Federal, e onde estão concentradas as camadas sociais menos favorecidas,

não dispõem de parques oferecendo à população uma área suficiente de recreação e lazer.

Mesmo no Plano Piloto, objeto de uma ocupação cuidadosamente planejada, as áreas dotadas de características favoráveis à criação de um parque não foram utilizadas de modo satisfatório. O Lago Paranoá, por exemplo, por diversos motivos entre os quais a atração produzida pela presença da água, além da qualidade visual da paisagem criada em sua volta, poderia ter sido concebido com parte de um amplo parque urbano, estabelecendo uma faixa na sua volta, com ocupação controlada de modo a constituir uma área de proteção, se estendendo às florestas de galerias dos córregos tributários, às áreas de exsudação e às lagoas, com tratamento adequado para garantir a proteção do meio ambiente e oferecer oportunidades, variadas e amplas, de lazer para toda população da região. De fato, a ocupação inicial limitou muito essa possibilidade: a estrutura das vias traçadas nas suas proximidades, sem grande respeito às linhas naturais da drenagem, a localização frequentemente muito próxima às margens do lago e, sobretudo, a privatização de longas extensões de suas margens reduziu as raras áreas disponíveis passíveis de serem tratadas e utilizadas como espaços públicos. Apesar de raras, elas permanecem como faixas marginais no meio urbano, e, hoje, ainda nenhum proveito é delas retirado.

Assim, para assegurar a criação de frações de parques às margens do Lago Paranoá, é necessário elaborar um plano de conjunto que estabeleceria previamente normas de gestão para a bacia vista como um todo, de modo a buscar reduzir as causas que atualmente provocam seu rápido assoreamento e modificações de origem antrópicas. Além disso, é importante determinar uma faixa de proteção prioritária para o lago, no interior da qual deverão ser praticados determinados controles visando especialmente assegurar a manutenção e a recomposição da cobertura vegetal, além da proteção das nascentes que o alimentam. Nessa faixa, para as partes ainda não comprometidas pela ocupação, deverão ser individualizadas áreas com vocação diferenciadas: os estuários e as porções de matas ciliares que poderão ser transformadas nas reservas de proteção para a fauna, visando constituir refúgios seguros para as comunidades que vivem no lago, periodicamente ou de modo permanente; as áreas restantes, disponíveis para recreação e lazer podem se tornar parques independentes, provavelmente reunidos em uma proposta única, de modo a facilitar a definição de programas complementares segundo diferentes situações, criando com isso uma razoável diversidade de opções de lazer estabelecidas segundo as características particulares a cada porção.

Atualmente, o Parque da Torre e o Parque da Cidade constituem, com as áreas dos parques ligadas ao lago, os únicos parques de recreação de Brasília. Eles poderão, por sua localização central, servir adequadamente à população do Plano Piloto e às aglomerações próximas e, eventualmente, também às populações das cidades-satélites. Assim, podem ser pensados como constitutivos de um sistema metropolitano de parques, suscetível de atender a uma numerosa população, oferecendo na sua maioria facilidades, permitindo a seus usuários longas permanências e abrigando frequentemente equipamentos únicos para toda a região. Contudo, para que se tenha no interior do Distrito Federal um sistema de parques compatível com as necessidades da população de suas diferentes aglomerações urbanas torna-se indispensável ampliar tal sistema, incluindo também áreas localizadas junto às cidades-satélites, que possam oferecer possibilidades de recreação e de lazer para a população, sem exigir deslocamentos dispendiosos.

De fato, para o caso de Brasília, parece perfeitamente razoável pensar em um sistema de parques metropolitanos, situados na região do Plano Piloto, podendo satisfazer às necessidades de todo o Distrito Federal, apoiado por um conjunto de parques junto às cidades-satélites de utilização mais restrita e local. Dessa forma, cada cidade-satélite poderá contar com pelo menos um espaço de parque próximo ou, se possível, no interior mesmo de sua própria malha urbana. Em certos casos, por exemplo, as cidades do Gama e do Guará, essas áreas já foram destinadas, mas não estão ainda em condições de uso. Outras cidades, por exemplo, Taguatinga, Ceilândia não dispõem ainda de espaços previstos de acordo com suas necessidades.

VII - A proteção dos aspectos visuais da paisagem

Ainda que a qualidade visual possa ser considerada como um motivo suficiente para buscar estabelecer, em porções determinadas da paisagem, um controle visando sua preservação, é difícil isolar esse aspecto em uma análise, deixando de lado outras características. Exceto em casos muito especiais de cenários naturais cuja singularidade retém particularmente a atenção, não será fácil escolher determinadas porções de paisagem cuja preservação seja recomendada apenas em função de seus aspectos naturais.

A proteção da paisagem visual está intimamente ligada à preservação ambiental de maneira geral e dos recursos naturais em particular, pois exige sempre uma referência a outros aspectos. Em numerosos casos a deterioração de uma vista

não representa nada além que a exteriorização da presença de usos inadequados dos recursos ambientais, ou seja, a deterioração da paisagem se torna a expressão visível da deterioração dos aspectos naturais propriamente ditos. Assim, por exemplo, o resultado visível do mau uso do solo erodido por processos acelerados de erosão, será identificado por uma paisagem deteriorada.

À primeira vista, então, preservar a paisagem visual pode não representar nada além do que a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais em geral. Evitar a deterioração de uma vista, em seguida à ocupação sem discernimento ou do desmembramento não adequado do solo, pode ser uma tarefa que deverá ser realizada com base em um zoneamento estabelecido a partir de um inventário dos diferentes aspectos da paisagem e sob critérios que levem em consideração o potencial de utilização do solo, com base também na análise da qualidade da vista ou do meio ambiente.

Sempre do ponto de vista da qualidade visual, é importante citar os relevos montanhosos do vale do Maranhão e do São Bartolomeu: porções desses vales já foram indicadas anteriormente como áreas possíveis de preservação, especialmente pela qualidade da vegetação e da fauna que abrigam. É também importante citar determinadas porções de paisagem tornadas célebres pela presença singular de água, em função do caráter particular do subsolo da região de Brasília. Algumas delas já estão sob proteção; é o caso de Águas Emendadas na reserva do mesmo nome onde se reúnem nascentes da bacia Amazônica e do São Francisco. Outras, como a Lagoa Bonita, ainda que sob a proteção da lei, já foram afetados de modo praticamente irreversível.

Em relação aos aspectos notáveis por suas expressões visuais, convém ainda citar as veredas buritis, estreitas superfícies de drenagens que se encontram em porções com pouca declividade e onde abunda a presença dessa palmeira nativa, de grande beleza. Essas veredas, devido à exiguidade do espaço ocupados por elas, devido à expressão que marcam a paisagem, além de outros fatores relativos aos recursos hídricos, merecem sempre ser preservadas.

Outra questão relativa à paisagem visual que exige atenção particular é a dos corredores de circulação e dos pontos singulares de observação. A vista da paisagem de um território é possível através de corredores de circulação, das estradas e das vias de comunicação que o percorrem e permitem ter acesso à região e a partir de pontos notáveis da paisagem de onde se descobrem porções consideráveis do território. Com base na avaliação dos panoramas mais significativos em um plano

específico para essa finalidade poderá ser proposto o agenciamento dos mais importantes em belvedere ou em locais de estadia, assim como medidas de proteção de trechos às margens dos corredores de circulação ou de determinados sítios da paisagem de modo a garantir a preservação de vistas consideradas de interesse. Além disso, a conservação do caráter original da paisagem, especialmente nas porções relativamente pouco perturbadas, pode ser reforçada pela proteção das faixas que ladeiam as estradas conservando a vegetação original e recuperando os trechos eventualmente deteriorados.

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

FAZENDAS ANTIGAS existentes no território do Distrito Federal antes da demarcação e da construção de Brasília.

- 1 - Fazenda antiga "Sobradinho" - vista parcial
- 2 - Fazenda antiga "Sobradinho" - casa principal
- 3 - Fazenda antiga "Capão dos Porcos"
- 4 - Fazenda antiga "Almécegas - demolição"
- 5 - Fazenda antiga "Monjolo" - instrumento vernacular de produção rural

CIDADES ANTIGAS existentes no território do Distrito Federal antes da sua demarcação e da construção de Brasília

- 6 - Planaltina - Capela São Sebastião
- 7 - Planaltina - Praça Central
- 8 - Brazlândia - vista parcial, casas características
- 9 - Brazlândia - vista parcial, casa característica
- 10 - Brazlândia - vista parcial, casa arruinada

SÍTIO NATURAL

- 11 - Topografia plana
- 12 - Vegetação característica: cerrado
- 13 - Cerrado na zona urbana (zona verde da Zona Tampão)
- 14 - Cerrado na zona urbana (zona verde da Zona Tampão)
- 15 - Árvore do cerrado
- 16 - Árvore do cerrado
- 17 - Vegetação do estuário
- 18 - Vegetação de mata de galeria

19 - Buriti, palmeira característica da região

20 - Vegetação exótica, substituindo o cerrado

CENAS HISTÓRICAS

21 - Exploração da região no século XIX

22 - Pedra Fundamental de Brasília, lançada na região próxima a Planaltina, em 1922

23 - Maquete do Palácio Presidencial, os arquitetos Oscar Niemeyer e Lucio Costa

24 - Abertura da estrada Belém-Brasília na região Centro-Oeste

25 - Abertura dos dois Eixos

26 - Construção da Esplanada dos Ministérios

27 - Construção do Congresso Nacional

28 - Construção do Congresso Nacional

29 - Construção do Congresso Nacional

30 - Cena da construção

31 - Cena da Inauguração, dia 21 de abril de 1960

32 - Cena da Inauguração

33 - Cena da Inauguração

ACAMPAMENTOS OPERÁRIOS da construção de Brasília

34 - Acampamento operário Vila Planalto - vista parcial com o Congresso Nacional ao fundo

35 - Vila Planalto - vista parcial

36 - Vila Planalto - casa característica

37 - Vila Planalto - casa característica

- 38 - Acampamento operário do Hospital Juscelino Kubistchek - vista parcial, alameda central
- 39 - Ruínas do Hospital Juscelino Kubistchek
- 40 - Acampamento do Hospital JK, como patrimônio cultural
- 41 - Acampamento operário Vila Metropolitana - a capela
- 42 - Candangolândia, igreja
- 43 - Candangolândia, a população reunida no interior da igreja
- 44 - Candangolândia, vista do conjunto - patrimônio
- 45 - Candangolândia, vista do novo conjunto que substituiu o conjunto de valor histórico
- 46 - Acampamento operário Cidade Livre, hoje cidade-satélite Núcleo Bandeirante
- 47 - Núcleo Bandeirante, as transformações
- 48 - Catetinho, residência presidencial provisória

BRASÍLIA, conjunto contemporâneo

- 49 - Zona urbana da área dos dois Eixos - vista por satélite
- 50 - Zona residencial alinhada ao longo do Eixo residencial - vista aérea
- 51 - Vista aérea de uma Unidade de Vizinhança característica
- 52 - Vista aérea de uma “superquadra” residencial característica
- 53 - Silhueta de uma zona residencial: horizontalidade, homogeneidade
- 54 - Exemplo de um imóvel habitacional característico de uma superquadra
- 55 - Pilotis, elemento característico das superquadras
- 56 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: a escola primária
- 57 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: a igreja
- 58 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: o comércio

- 59 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: o cinema
- 60 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: o clube esportivo
- 61 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: o lazer
- 62 - “Superquadra”, unidade de vizinhança: o *playground*
- 63 - Zona administrativa alinhada ao longo do Eixo Monumental, vista aérea
- 64 - Esplanada dos Ministérios
- 65 - Silhueta da Esplanada dos Ministérios: ritmo
- 66 - Congresso Nacional
- 67 - Congresso Nacional
- 68 - Praça dos Três Poderes, o monumento “Os dois Guerreiros”
- 69 - Praça dos Três Poderes, o Palácio Presidencial
- 70 - Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal Federal
- 71 - Palácio Presidencial residencial
- 72 - Palácio Presidencial, a capela
- 73 - Catedral
- 74 - Catedral, interior
- 75 - Teatro Nacional
- 76 - Torre de TV
- 77 - Praça Municipal
- 78 - Memorial Juscelino Kubistchek
- 79 - Estação Rodoviária
- 80 - Centro da cidade, vista do conjunto
- 81 - Os dois Eixos que se encontram no centro geográfico da cidade, o centro da cidade
- 82 - Silhueta do centro da cidade: verticalidade e variedade

- 83 - Setor Comercial (escritórios e serviços)
- 84 - Setor Comercial (escritórios e serviços)
- 85 - Setor de Autarquias e outros organismos públicos
- 86 - Improvisação do uso do espaço urbano
- 87 - Proporção/desproporção do Banco Central com os outros, e a zona residencial
- 88 - Setor Hospitalar
- 89 - Outros setores da cidade: as residências às margens do lago
- 90 - Outros setores da cidade
- 91 - Outros setores da cidade
- 92 - Outros setores da cidade
- 93 - Setor de Clubes Esportivos, às margens do lago
- 94 - Setor das Embaixadas
- 95 - Setor das Embaixadas
- 96 - Setor Militar Urbano
- 97 - Universidade
- 98 - Universidade
- 99 - Universidade
- 100 - Parque da Cidade
- 101 - Silhueta da cidade, panorama geral
- 102 - Silhueta da cidade satélite Taguatinga
- 103 - As cidades-satélites: praça central de Taguatinga
- 104 - As cidades-satélites: o comércio
- 105 - As cidades-satélites: as pequenas casas
- 106 - As cidades-satélites: os prédios de apartamentos

107 - As cidades-satélites: as zonas invadidas

108 - As cidades-satélites: as zonas invadidas

109 - Brasília vista das áreas invadidas

110 - Brasília vista das áreas invadidas

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA (cont.)

1) Fazenda antiga “Jardim” - monjolo, instrumento vernacular de produção rural

2) “Os dois Guerreiros”, de Bruno Giorgi, 1960

Elemento-Testemunho do tipo elemento acessório/escultura

3) Setor Bancário - taludes entre as vias e os aterros, barreiras à circulação dos pedestres

4) Fazenda antiga “Jardim” - a casa antiga arruinada

5) Fazenda antiga “Sobradinho” - a casa antiga bem conservada

6) Pedra Fundamental de Brasília, lançada em 1822 na região de Planaltina, sítio da futura capital, tombada como patrimônio histórico do Distrito Federal

7) Centro Histórico de Planaltina - o “Museu Histórico e Artístico”, tombado como patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal

8) Centro Histórico de Planaltina - vista característica

9) Centro Histórico de Planaltina - vista característica

10) Centro Histórico de Planaltina - vista parcial do jardim central

11) Centro Histórico de Planaltina - arquitetura vernacular e contemporânea

12) Centro Histórico de Planaltina - a Capela de São Sebastião, tombada como patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal

13) Acampamento operário “Saturnino Brito”, casas características

- 14) Acampamento operário “Vila Planalto”, casa característica
- 15) Acampamento operário do Hospital Juscelino Kubitschek, primeiro hospital de Brasília, tombado como patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal - vista do conjunto, alameda central
- 16) Acampamento operário do Hospital Juscelino Kubitschek, ruínas do pavilhão do hospital
- 17) Acampamento operário do Hospital Juscelino Kubitschek, casas características
- 18) Acampamento operário “Vila Planalto”, casas características, em madeira, com modificações em tijolos
- 19) Acampamento operário “Candangolândia”, ruínas da Escola Julia Kubitschek, primeira escola de Brasília
- 20) Tipologias características dos imóveis institucionais. Setor das escolas, das igrejas, etc.
- 21) Bairro residencial às margens do Lago Paranoá, tipologias arquitetônicas
- 22) Vista aérea do Eixo Residencial e as superquadras alinhadas ao longo das vias
- 23) Vista externa da cidade ao norte. Em primeiro plano, a horizontalidade das superquadras Norte, e ao fundo, a verticalidade da zona central (Torre de TV e outros prédios)
- 24) Em primeiro plano: a verticalidade do Setor Bancário; ao fundo a horizontalidade das Superquadras alinhadas ao longo do Eixo Residencial
- 25) Vista aérea das Superquadras, ao fundo, o bairro residencial às margens do lago
- 26) Planos da cidade em um letreiro; elemento acessório de informação
- 27) Vista parcial de Brasília, panorama visto da Ermida de Dom Bosco, do outro lado do Lago Paranoá
- 28) Vista parcial de uma Superquadra, os pilotis de um prédio em primeiro plano
- 29) Catedral, monumento tombado como patrimônio nacional
- 30) Vista parcial de um conjunto residencial de casas geminadas e suas tipologias características

- 31) Silhueta de Brasília, zona residencial (horizontalidade e homogeneidade)
- 32) Silhueta de Brasília, a zona central (verticalidade e variedade)
- 33) Silhueta de Brasília, Esplanada dos Ministérios (ritmo)
- 34) Zona Central, as tipologias características
- 35) Em primeiro plano: o “core” da cidade
- 36) Ao fundo: o centro cívico cerimonial
- 37) Vegetação características (cerrado) das margens da cidade e a silhueta da zona central ao fundo
- 38) Zona comercial de uma superquadra; ao fundo a Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima; tombada como patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal
- 39) Memorial Juscelino Kubitschek, tombado como patrimônio do Distrito Federal
- 40) Esplanada dos Ministérios, Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios
- 41) Esplanada dos Ministérios, no fundo o Congresso Nacional
- 42) Esplanada dos Ministérios, o Congresso Nacional
- 43) Os brises como elemento arquitetônico adaptado ao clima - Colégio Dom Bosco
- 44) Setor de Embaixadas: tipologia característica
- 45) Setor de Indústria: tipologias características
- 46) Zona comercial das superquadras; tipologias características
- 47) Tipologia característica das superquadras
- 48) Zona comercial das superquadras, profusão de elementos acessórios de publicidade

ANEXO 3: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA. *SPHAN pró-Memória*, Brasília, no 22: 1 - 10, jan./fev., 1983.

BICCA, Briane E.P. La capitale de l'espoir. *Le Courrier de l'Unesco*, Paris, p. 21 e 28, julho, 1984.

BARBOSA, Yeda Virginia B.P. & VIANNA, Márcio. Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília, junto à população do Distrito Federal. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo, 12:125-132, set. 1984.

KOHLSDORF, Maria Elaine & BICCA, Briane E.P. Permanência e metamorfose: preservação de Brasília. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo, 12:125-132, set. 1984.

BICCA, Briane P. & KOHLSDORF, Maria Elaine. A memória de Brasília. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 1-5.

KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para o caso de Brasília. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 8-17.

BICCA, Briane P. *et al.* Caracterização preliminar de Brasília / Plano Piloto. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 19-105.

VIANA, Márcio & BARBOSA, Yeda. Pesquisa de Imagem junto à população do Distrito Federal. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 106-123.

BARBOSA, Yeda. O processo de sedimentação histórica do Plano Piloto de Brasília. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para a Promoção do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 125-137.

VIANNA, Márcio. O vernáculo da região Centro-Oeste brasileiro. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para a Promoção do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 139-150.

- VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, Grupo de Trabalho para a Promoção do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1985, p. 152-162.
- SALVIATI, Eurico João. Um estudo para preservação da paisagem natural do Distrito Federal. *In: Síntese dos Trabalhos*. Brasília, 1985, p. 164-204.
- BICCA, Briane P. & KOHLSDORF, Maria Elaine. La memória de Brasília. *Summarios*, Buenos Aires, nº 97/98:3-4, jan/fev. 1986.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. La preservación de los espacios de Brasília. Plano Piloto. *Summarios*, Buenos Aires, nº 97/98:7-30, jan/fev. 1986.
- VIANNA, Mário & BARBOSA Yeda. La arquitetura vernácula de la región centro-oeste brasilena. *Summarios*, Buenos Aires, nº 97/98:31-34, jan/fev. 1986.
- VIANNA, Mário & BARBOSA Yeda. Conjuntos representativos de la época de construcción de Brasília: campamentos pioneiros. *Summarios*, Buenos Aires, nº 97/98:39-48, jan/fev. 1986.
- KOHLSDORF, Maria Elaine & VIANNE, Márcio. Brasília como patrimônio cultural. *Módulo*, Rio de Janeiro, no 89/90:84-80, jan/fev/mar/abr 1986.
- BICCA, Briane P. & *et alt.*, A preservação do espaço de Brasília : diretrizes para a sua área de interesse especial. *In: Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, 2 Brasília, 11/13 de set, 1986. *Desenho Urbano*; anais de II SEDUR, São Paulo, 1986.

EMBLEMA DO PATRIMONIO MUNDIAL

(adotado pelo Comitê do Patrimônio Mundial por ocasião de sua segunda sessão)

AUTORIZAÇÃO

1. Eu, abaixo assinado BRIANE ELISABETH PANITZ BICCA

cedo gratuitamente à UNESCO durante toda a duração legal da propriedade literária e em todos os países, o direito não exclusivo de reproduzir e utilizar em conformidade

com as disposições do parágrafo 2 da presente autorização a(s) fotografia(s) e/ou diapositivo(s) descrita(s) no parágrafo 8.

2. Estou ciente de que a(s) fotografia(s) e/ou diapositivo(s) descrita(s) no parágrafo 8 da presente autorização será (serão) utilizada(s) pela UNESCO para divulgar informações sobre os sítios protegidos a título da Convenção do Patrimônio Mundial de acordo com as seguintes modalidades:

a) brochuras explicativas - divulgadas gratuitamente;

b) diversas publicações contendo breves descrições de cada sítio ilustradas por fotografias, divulgadas gratuitamente e/ou eventualmente vendidas (eventuais lucros serão destinados ao Fundo do Patrimônio Mundial);

c) cartões postais – vendidos em locais dos sítios protegidos a título da Convenção do Patrimônio Mundial por intermédio dos serviços dos parques nacionais ou dos monumentos (eventuais lucros serão divididos entre os serviços em questão e o Fundo do Patrimônio Mundial);

d) séries de diapositivos – vendidos em escolas, bibliotecas ou outras instituições e eventualmente nos locais do sítio (eventuais lucros serão destinados ao Fundo do Patrimônio Mundial);

e) exposições etc.

3. No caso de a UNESCO receber pedido dessas fotografias vindo de jornais ou de editoras externas à UNESCO, autorizaria sua divulgação?

sim não

4. Estou igualmente ciente de conservar a liberdade de ceder os mesmos direitos a qualquer outro eventual usuário com a condição que ele não prejudique os direitos cedidos à UNESCO.

5. Declaro e atesto estar devidamente habilitado para acordar os direitos visados no parágrafo 1 da presente autorização.

6. Comprometo-me a indenizar a UNESCO e isentá-la de toda responsabilidade para qualquer dano resultante de qualquer violação da garantia mencionada no parágrafo 5 da presente autorização.

7. Qualquer contestação ou litígio que venha a surgir no exercício dos direitos acordados à UNESCO será resolvido amigavelmente. O recurso aos tribunais ou à arbitragem está excluído.

8. A(s) fotografia(s) e/ou diapositivo(s) para a qual (as quais) a autorização é dada, é (são) a(s) seguinte(s): (Favor descrever as fotos e indicar para cada uma a legenda completa, bem como o ano de produção, ou, caso tenha sido publicada, o ano da primeira publicação). (Se necessário, utilizar folhas suplementares).

9. Toda fotografia e/ou diapositivo trará os créditos requeridos. O direito moral do fotógrafo será devidamente respeitado. Favor indicar o intitulado exato a ser mencionado para o crédito fotográfico.

Ver anexo 2

O crédito das fotografias e dos diapositivos é do Grupo de Trabalho para a Preservação Histórica, Cultural e Natural de Brasília.

Feito em BRASÍLIA no dia 29/12/198

Briane Elisabeth Panitz Bicca

Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Preservação Histórica,
Cultural e Natural e Urbana de Brasília

Assinatura, título ou função da pessoa devidamente autorizada

SUMÁRIO

I - PLANO PILOTO DE LUCIO COSTA PARA BRASÍLIA, 1957

DESENHOS DE OSCAR NIEMEYER PARA AS EDIFICAÇÕES DE BRASÍLIA, 1957/60

II - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

LUCIO COSTA, ARQUITETO AUTOR DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

III - "BRASÍLIA 57-85" - ANÁLISE COMPARATIVA DO PLANO PILOTO DE 1957 E BRASÍLIA 1985, COORDENADA POR LUCIO COSTA

IV - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

V - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES VISANDO UMA DESCRIÇÃO E ANÁLISE URBANA DE BRASÍLIA - SILVA TELLES

ANEXO: BRASÍLIA, PELO GOVERNO DO DISTRIO FEDERAL, 1986

ANEXO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA
LUCIO COSTA (ARQUITETO AUTOR DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

Lucio Costa, arquiteto

Autor do Plano Piloto de Brasília

... aqui estou, nesta cidade que inventei e que se adensou, que se transformou e agora me surpreende pelo vulto, pelo sentido que adquiriu a verdadeira Capital do país.

É estranho o fato: esta sensação, ver aquilo que foi uma simples ideia na minha cabeça transformado nesta cidade enorme, densa, imensa, viva que a Brasília de hoje.

.....

Tenho a impressão de que antes de começarem as tarefas do Seminário propriamente dito, será conveniente que todos tenham presente o que foi a realização desta obra comovente, gigantesca e fundamental para o país. Porque, se não tiverem no espírito a consciência desse lastro em que Brasília se apóia, haverá sempre o risco de soluções e de proporções improvisadas e capazes de desvirtuar as ideias fundamentais que orientaram o nascimento da cidade e que, tenho a impressão, se impõe sejam preservadas.

.....

Antes de tratar dos casos específicos da cidade, e justamente dentro desta mesma linha de pensamento, gostaria de lembrar aos presentes, às pessoas que se congregaram neste Seminário, certas características fundamentais da concepção de Brasília. Embora conhecidas de modo geral, é preciso estar martelando um pouco, para que esses poucos detalhes próprios de Brasília estejam presentes. Quais são as características de Brasília?

A primeira: o fato de o centro administrativo da capital não estar no centro da cidade propriamente dito. O normal seria tal centro envolvido pela área urbana. Mas, na concepção de Brasília, ele foi levado ao extremo da composição urbanística da cidade. De modo que a Praça dos Três Poderes - como eu a chamei, no Plano Piloto ficou e ficará para sempre essa Praça, onde os Três Poderes da democracia são oferecidos ao povo na extremidade, como que na palma da mão de um braço estendido que é a Esplanada dos Ministérios. É ideia simbólica, algo romântico talvez, mas representa um dos elementos próprios do Plano de Brasília.

.....

Outra característica é a convergência das rodovias para o centro urbano. Habitualmente, nas cidades, as estações rodoviárias são postas nas periferias. Então, os passageiros ali chegam e sofrem o problema de se transferir para o sistema viário

local urbano. Em Brasília, pelas características do traçado, de sua concepção, o centro rodoviário foi localizado no próprio coração da cidade. Acho que isso deve ser mantido. (...)

.....

Outra característica de Brasília é a criação das quadras, que é contribuição, de fato, original; é inovação e tenho a impressão de que, bem ou mal, deu resultado, embora não tenha sido levada avante de forma inteiramente satisfatória. Mas, a ideia deve ser mantida, principalmente com edificações de seis pavimentos e não mais. É fundamental que nas quadras residenciais se evitem inovações no sentido de gabarito mais alto a pretexto de maior densidade, como ocorrerá certamente no futuro.

Acho que, se o Seminário puder apreender bem o sentido, a significação dessas quadras como áreas de vizinhança, em que o morador tem segurança, apesar da massa das edificações, verá que esse limite a seis pavimentos estabelece certa intimidade às quadras, certa segurança em que as crianças estão ao alcance da voz. Como se diz: as crianças estão ali, mas sempre ao alcance. Transformas as quadras em quarteirões, com grandes edifícios em altura, seria descaracterizar completamente a ideia fundamental de Brasília, que é criar áreas de vizinhança agradáveis, em que a pessoa se sinta de fato desprendida da área urbana. (...)

.....

É fundamental ter presente a ideia das quadras, procurar defendê-la da melhor maneira possível, para evitar que, no futuro, a Cidade possa ser descaracterizada, tanto mais que o objetivo final é manter a horizontalidade nesses seis quilômetros de cada lado, para que o centro urbano se defina em altura no cruzamento dos eixos.

Foi acentuado (...) que a Cidade havia sido concebida em função das três escalas. A ela se acresce uma quarta, pois, no fundo, as três situações que os Três Mosqueteiros, são os Três Mosqueteiros, são quatro: a escala gregária, a monumental, a cotidiana e a bucólica. A escala bucólica é importante. Entretanto, percorrendo a Cidade, em sua periferia, verifiquei que a ideia inicial de não construir ao longo do Lago, mas sim de modo recuado, para permitir que a sua orla pudesse ser utilizada como está sendo, com clubes com áreas de recreio, com áreas para devaneio etc., não foi respeitada.

Há uma série de problemas que devem ser focalizados e, naturalmente, o Seminário nos dará a oportunidade de defini-los. Sou, todavia, contra a ideia de reformulação do Plano de Brasília, em que ouço muito falar. Não se trata de

reformular coisa nenhuma, mas de atualizar, de criar condições para que o plano de Brasília, alcançada sua plenitude, possa expandir-se, crescer, desenvolver. (...)

.....

O crescimento da Cidade é que ocorreu de forma anômala. Houve a inversão que todos conhecem, porque o Plano estabelecido para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se destes limites, então, é que seriam planejadas as Cidades-Satélites, para que estas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas arquitetonicamente definidas. Este era o Plano proposto. Mas ocorreu a inversão, porque a população a que nos referimos, aqui ficou, e surgiu o problema de onde localizá-la a NOVACAP, Israel Pinheiro e todos resolveram agir assim, porque, em volta de cada canteiro de obras havia favelas que envolviam as famílias dos operários. Daí a criação dos núcleos periféricos, para transferir as populações, dando terreno para que se instalassem de uma forma ou de outra. Como consequência, os núcleos se transformaram em verdadeiras cidades, as chamadas Cidades-Satélites, que tomaram o lugar das Cidades-Satélites que deviam ocorrer. Assim, as Cidades-Satélites se anteciparam à cidade inconclusa, cidade ainda arquipélago, como estava - agora já mais adensada, mas ainda não concluída. A cidade ainda está oca. Entretanto, dois terços da população de Brasília moram nessa periferia, o que foi, naturalmente, desvirtuamento. Todavia não implica em reformulação do Plano Piloto, que tem características próprias e deve ser mantido. Precisamos é prover áreas adequadas para a expansão da Cidade, de forma a impedir - isto é fundamental - que ela se faça ao longo das vias de conexão com as denominadas Cidades-Satélites, emendando tais núcleos à matriz, ao chamado Plano Piloto, o que seria desastre. De todos os modos, tem de ser evitado. (...)

.....

Eu gostaria que, nos trabalhos do Seminário, tivesse presente este fato: na realidade, não se trata de reformulação, em termos de especulação urbanística de Brasília propriamente, da área da matriz. Gostaria que se ficasse no que foi concebido, quer dizer, dentro desses parâmetros, desses limites e que fossem realizados todos aqueles complementos visando à humanização da cidade.

Nesse sentido, há casos que têm de ser encarados de frente e de forma decisiva. Primeiro, o caminhamento de pedestres é uma necessidade. E, como tal, é preciso que se o estude. Esse caminhamento de pedestres está desarticulado, segmentado. Que se procure a maneira mais racional, mais simples, sem grandes artifícios de conectá-los para que o pedestre possa percorrer, caminhar e circular de um setor da cidade para o outro, com a devida tranquilidade e segurança. Isso é fundamental, precisa ser corrigido.

Outro ponto: a cidade continuará anômala e claudicante, enquanto não for feito o centro urbano no lugar onde foi especificamente determinado. Quer dizer, o centro urbano da cidade, o *cor* da *urbs*. Toda cidade tem um *cor*. Nós todos temos. É preciso que esse *cor*, esse centro seja construído. E ele atualmente está sendo construído de maneira inadequada. Infelizmente, os pavimentos térreos não foram tratados da forma devida para atrair a população para aquela área. Mas, ainda há muito espaço e o que já existe pode e terá que ser corrigido, a começar pela própria plataforma superior. A plataforma, treze anos depois, está igualzinha. Ninguém fez nada para complementá-la porque ficaram todos meio assustados sem saber o que fazer. De modo que aquela área central ficou inóspita - uma área preciosa, no cruzamento de dois eixos, aquela perspectiva que vejo lá do hotel, aquela vista comovente de manhã, à tarde, aquela presença serena, aquela coisa digna, bela, que tem de ser mantida. É aquilo é jogado fora... É preciso criar essas condições necessárias. (...)

.....

(...) E agora é o momento de a nova Administração e de o Seminário considerarem esse aspecto e corrigir o que está de errado ali, para tornar possível a criação desse centro - sem o que Brasília ficará capenga, uma cidade faltando apoio fundamental, que é o coração, porque nenhuma cidade pode deixar de ter o seu foco de convergência.

.....

Os esclarecimentos que estava pretendendo prestar, creio que já os prestei e o meu apelo final seria, precisamente, nesse sentido, ao Seminário: de não esquecer esses dados fundamentais, esse milagre que é Brasília, essa coisa inexplicável. Como pode ocorrer? É um milagre! De fato, se ocorreu, foi porque todos tinham consciência de que era uma nova fase do País, uma página que se virava, de todo aquele período admirável do Brasil Colônia. (...)

(...) mas havia chegado o momento de virar uma página e implantar um Brasil definitivo. É o que penso. Sinto-me bem de saber que encarei o problema à altura. A cidade foi concebida em termos de Brasil definitivo, feita para permanecer e traduzir, com dignidade, uma nova fase do Brasil, não de um Brasil novo, diferente, mas de um Brasil que continua voltado para o futuro. Enfim, sabe lá o que se tem pela frente.

“BRASÍLIA 57 - 85”

Análise comparativa
do plano de 1957 e de Brasília 1985

BRASÍLIA, HOJE

Em 21 de abril de 1985 Brasília completará 25 anos. Sua presença já se tornou tão natural na vida brasileira que nem mais ocorre às pessoas o quão extraordinário é o simples fato de sua existência, de ter surgido do nada uma cidade-capital, que em tão pouco tempo já consolidou uma maneira de viver que lhe é própria.

“É estranho o fato; esta sensação, ver aquilo que foi uma simples idéia na minha cabeça se transformando nessa cidade enorme, densa, imensa, viva, que é a Brasília de hoje” (Lucio Costa, Brasília, 1974)

O fato é que o plano de Lucio Costa, mesmo antes da viabilização da “escala gregária”, contando apenas, nos primeiros tempos, com a escala monumental e a proposta inovadora para a habitação multifamiliar que foi a superquadra, garantiu à cidade, desde o início, não apenas uma individualidade formal, mas o embrião de uma forma de viver inteiramente diferente das demais cidades brasileiras. Quando a nova capital era ainda pouco mais que uma semente urbana plantada na vastidão vazia do Planalto Central, sua presença já se impunha “em escala definitiva”.

Esta decorrência da concepção do plano piloto ter sido “imbuída de uma certa dignidade e nobreza de intenção” e o fato de ser inovadora – tanto plástica como estruturalmente – e inovadora com raízes profundamente brasileiras, certamente contribuiu para que, ao primeiro entrave, a capital não tenha retornado ao litoral.

Vendo Brasília hoje, não é exagero afirmar-se que o essencial da proposta foi cumprido. E o sabem seus moradores – Brasília é, antes de mais nada, um produto de consumo interno; sua verdadeira especificidade, o natural para os que aqui nasceram ou cresceram, só é perceptível vista de dentro, e talvez seja por isto tão frequente a dificuldade que as pessoas de fora têm de avaliá-la corretamente – o essencial escapa.

.....

Não se deve esquecer que Brasília é uma experiência urbana absolutamente singular – trata-se de uma cidade não só concebida, mas implantada desde o início como se já fosse adulta: a criança cresceu dentro de roupas grandes demais para ela, e só agora, quando sua primeira geração já atingiu a maioridade e que a vitalidade urbana tem reais condições de usufruir e, por outro lado, de revelar potencialidades e carências da concepção original.

Nas circunstâncias em que Brasília surgiu, como símbolo da própria identidade da nação, quando pela primeira vez tomava coragem de acreditar em si própria, a utopia era mais verdadeira que a realidade: “Brasília, neste momento crítico da nossa angústia brasileira, parecia uma ideia antipática; Lucio ganha o concurso do plano piloto para a construção da futura capital e o seu projeto, lembrando um avião em reta para a impossível utopia, logo dá à iniciativa um ar plausível” (Manuel Bandeira, Jornal do Brasil, março 1957).

Brasília tem esta marca de berço, e a força do vínculo entre a proposta urbanística e o momento histórico que a gerou é de tal ordem que a capital permanece – e permanecerá – o símbolo vivo do gesto de fé e vontade, do resultado da união de todos os cidadãos, da nação voltada para seu horizonte maior.

Cada cidade tem seu jeito – Paris é Paris, Nova Iorque é Nova Iorque; pretender transformar Paris em Nova Iorque só levaria a acabar com Paris, sem conseguir em seu lugar outra Nova Iorque. Assim também, e talvez com mais forte razão, Brasília é Brasília, e para cuidar de seus problemas de maneira lúcida e eficaz não se pode omitir sua peculiaridade de “cidade inventada” e, no entanto, real.

.....

Assim, pareceu que a melhor alternativa seria começar pelo começo, ou seja, pelo plano piloto, retomando a ideia geradora com o intuito de entendê-la, de perceber-lhe as intenções e o alcance, prosseguindo pelos caminhos e descaminhos de seu desenvolvimento e da implantação da cidade, observando o comportamento urbano que hoje existe, para finalmente chegar a sugestões e recomendações, contando com a participação do autor do plano, sobretudo porque, em seu recente reencontro com a cidade já adulta, Lucio Costa – eterno *maquisard* do urbanismo – revelou ter sensibilidade bastante para perceber a Brasília que existe.

OBSERVAÇÃO: o texto acima transcreve os trechos mais significativos da introdução do estudo “Brasília 57-85”, que a justifica e a explica de uma maneira geral com lucidez. Esse estudo propriamente dito é uma análise comparativa, setor por setor da cidade, entre a Brasília do plano de 1957 e sua configuração em 1985; nessa análise, de certo modo, são enfatizadas as observações feitas por Lucio Costa, nos anos passados, no “Seminário de 1974”, motivo pelo qual julgamos da maior importância uma leitura muito atenta do texto do Seminário, não tendo acrescentado nada nessa oportunidade

(Ver o texto anterior, no presente documento: “CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA”).

ANEXO V
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES VISANDO
UMA ANÁLISE URBANA DE BRASÍLIA
SILVA TELLES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES VISANDO UMA DESCRIÇÃO
E ANÁLISE URBANA DE BRASÍLIA

Brasília foi concebida como cidade-capital e, como tal, apresenta um caráter que lhe é próprio, definido desde o início de sua fundação.

A nova capital, no centro do continente brasileiro “nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, segundo as palavras com as quais o próprio Lucio Costa a define em seu Relatório/Projeto.

Essa “cruz” - o cruzamento de dois eixos urbanos - define seu partido urbanístico: o Eixo Monumental, institucional e o Eixo Rodoviário, ao longo do qual estão situadas as áreas residenciais. Esse conjunto, a cidade de Brasília propriamente dita, é denominado ainda hoje de “Plano Piloto”.

O Eixo Monumental (leste/oeste) está situado perpendicularmente às margens do Lago Paranoá e começa na Praça dos Três Poderes onde estão situadas as edificações símbolos da cidade: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, sede do poder executivo e o Supremo Tribunal Federal, sede do poder judiciário; seguem-se a Esplanada dos Ministérios e seus respectivos prédios onde ocupam um lugar de destaque, o Ministério da Justiça, o das Relações Exteriores (também chamado de Palácio Itamaraty ou Palácio dos Arcos); na esplanada, se sucedem ainda a Catedral, o Teatro Nacional, a Estação Rodoviária, no cruzamento do outro eixo; adjacente a esse cruzamento está localizado o centro comercial urbano; e, em direção oeste, após o cruzamento dos dois eixos, os espaços culturais, a Torre de TV, a Praça do Governo do Distrito Federal, parques e, na extremidade, a Rodoferroviária, para as grandes distâncias.

Em forma de arco conformando-se à curva de nível da encosta, o segundo eixo segue um direcionamento geral norte/sul; está ladeado, dos dois lados, pelo que é denominado de *superquadras* residenciais. As *superquadras* constituem Unidades de Vizinhança, sendo formadas de quatro quadras onde estão localizados imóveis residenciais e onde a circulação de veículos é restrita. Cada uma das *superquadras* e das Unidades de Vizinhança é composta de um conjunto de imóveis residenciais, escolas, um templo, um cinema e um clube para a prática de esportes e um centro de saúde.

No plano de Brasília, uma das principais e notáveis características são as amplas áreas verdes, para uso da população, onde nos vastos gramados crescem pequenos bosques de árvores e arbustos. Tratados também como áreas verdes todo o espaço entre as duas pistas do Eixo Monumental, em toda sua extensão, e larga de uma centena de metros. Ao longo de todo o seu comprimento, o Eixo Rodoviário é guarnecido por largas faixas arborizadas. As *superquadras* são rodeadas de aleias densamente arborizada, vegetação que preenche igualmente todas as áreas internas livres entre os imóveis residenciais.

Considerando as grandes distâncias que separam Brasília, no centro geográfico do país, dos grandes centros urbanos do litoral brasileiro, tem-se acesso a ela tanto por via aérea quanto por via terrestre, graças aos meios de locomoção atuais, da era tecnológica, da indústria e dos transportes. Apesar disso, suas amplas áreas verdes que se seguem sem interrupção, ao longo de toda a cidade lhe conferem graça e beleza e onde se unem

humanização e natureza. No final de seu Relatório, Lucio Costa definiu a cidade que ele imaginou e que ele viu se realizar como a “capital aérea e rodoviária; cidade parque”.

(legendas de fotos)

A - Lago Paranoá, vista parcial com a topografia plana característica da região

B - Superquadras alinhadas ao longo do Eixo Residencial, vista parcial

C - Rua comercial de uma zona residencial

D - Congresso Nacional visto do Superior Tribunal Federal

E - Palácio da Justiça, na Esplanada dos Ministérios

F - Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios

G - Prédios de escritórios e serviços do Setor Comercial, visto da uma plataforma do Setor Bancário

H - Setor Bancário: em primeiro plano, espaço destinado ao Setor Cultural

I - Residência às margens do Lago, arquitetura contemporânea

J - Silhueta parcial de Brasília, panorama visto da Ermida de Dom Bosco, do outro lado do Lago Paranoá

H - Vista parcial de um conjunto residencial de casas geminadas